

Relatório de Gestão 2016





Índice

1 – Introdução	3
2 – Breve caracterização da autarquia	4
2.1 - A estrutura orgânica	4
2.2 – A constituição dos órgãos do município	6
3 – Recursos humanos	7
3.1 – Emprego	7
3.2 – Mobilidade	12
3.2.1 – Admissões e saídas	12
3.2.2 – Recrutamento	12
3.2.3 – Alterações de posicionamento remuneratório	12
3.2.4 – Absentismo	12
3.3 – Horas extraordinárias	14
3.4 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2009 – 2016	15
4 – Execução das opções do plano (GOP)	17
5 – Execução orçamental	30
5.1 – Modificações ao orçamento	30
5.2 – Equilíbrio orçamental	31
5.3 – Execução orçamental da receita	32
5.4 – Execução orçamental da despesa	37
5.5 – Saldo para a gerência seguinte	44
5.5 – Indicadores de gestão	45
6 – Investimento	47
6.1 – Estrutura do investimento	47
6.2 – Evolução do investimento	49
7 – Apoios comunitários	50
8 – Empréstimos	53
9 – Dívida total	54
10 – Balanço	55
11 – Demonstração de resultados	56
12 – Contabilidade de custos	57
13 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício	66



1 – Introdução

De acordo com o estabelecido no Anexo I das Instruções n.º 1/2001, II Série, emitidas pelo Tribunal de Contas através da Resolução n.º 4/2001, II Série, publicada no D.R. n.º 191, de 18 de agosto, e da Resolução n.º 3/2016, II Série, publicada no D.R. n.º 13, de 18 de janeiro de 2017, e de forma a realizar o estabelecido no ponto 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações entretanto introduzidas) com o objetivo de dar a conhecer as ações governativas da Câmara Municipal de Alter do Chão, é elaborado o presente relatório, complementar aos documentos da Prestação de Contas.

Este documento pretende assim analisar a atividade da Câmara Municipal do ponto de vista financeiro, técnico e contabilístico no ano 2016.

Inicia-se com uma breve caracterização da autarquia em termos de estrutura organizativa, seguida de uma análise ao nível dos recursos humanos, apresentando-se o número de trabalhadores, as diferentes carreiras existentes, a antiguidade dos trabalhadores, as habilitações académicas, entre outros dados de interesse relevante.

O Relatório de Gestão apresenta a sua informação dividida em quatro áreas essenciais de análise, nomeadamente a análise da execução das Grandes Opções do Plano, que por sua vez se dividem no Plano Plurianual de Atividades e as Atividades Mais Relevantes, a análise da execução orçamental, a evolução do endividamento municipal e a situação económico financeira da autarquia.

Por último, apresenta-se uma proposta para aplicação do resultado líquido do exercício.



2 – Breve caracterização da autarquia

2.1 – A estrutura orgânica

A estrutura orgânica dos serviços e mapa de pessoal da Câmara Municipal, encontra-se publicada em Diário da República, II Série, através da Deliberação n.º 56/2013, do Despacho n.º 665/2013 e do Despacho n.º 666/2013, todos de 10 de janeiro de 2013 e da Deliberação n.º 130/2013, de 17 de janeiro. A afetação dos trabalhadores encontra-se publicada em Diário da República, II Série, através do Despacho n.º 2156/2013, de 5 de fevereiro de 2013.

A estrutura organizacional da Câmara Municipal está dividida em quatro unidades:

- 1 – Unidades de apoio político, operativo e técnico;
- 2 – Unidades instrumentais;
- 3 – Unidades operativas;
- 4 – Unidades operativas não integradas em divisões.

Assim, na primeira unidade orgânica englobam-se:

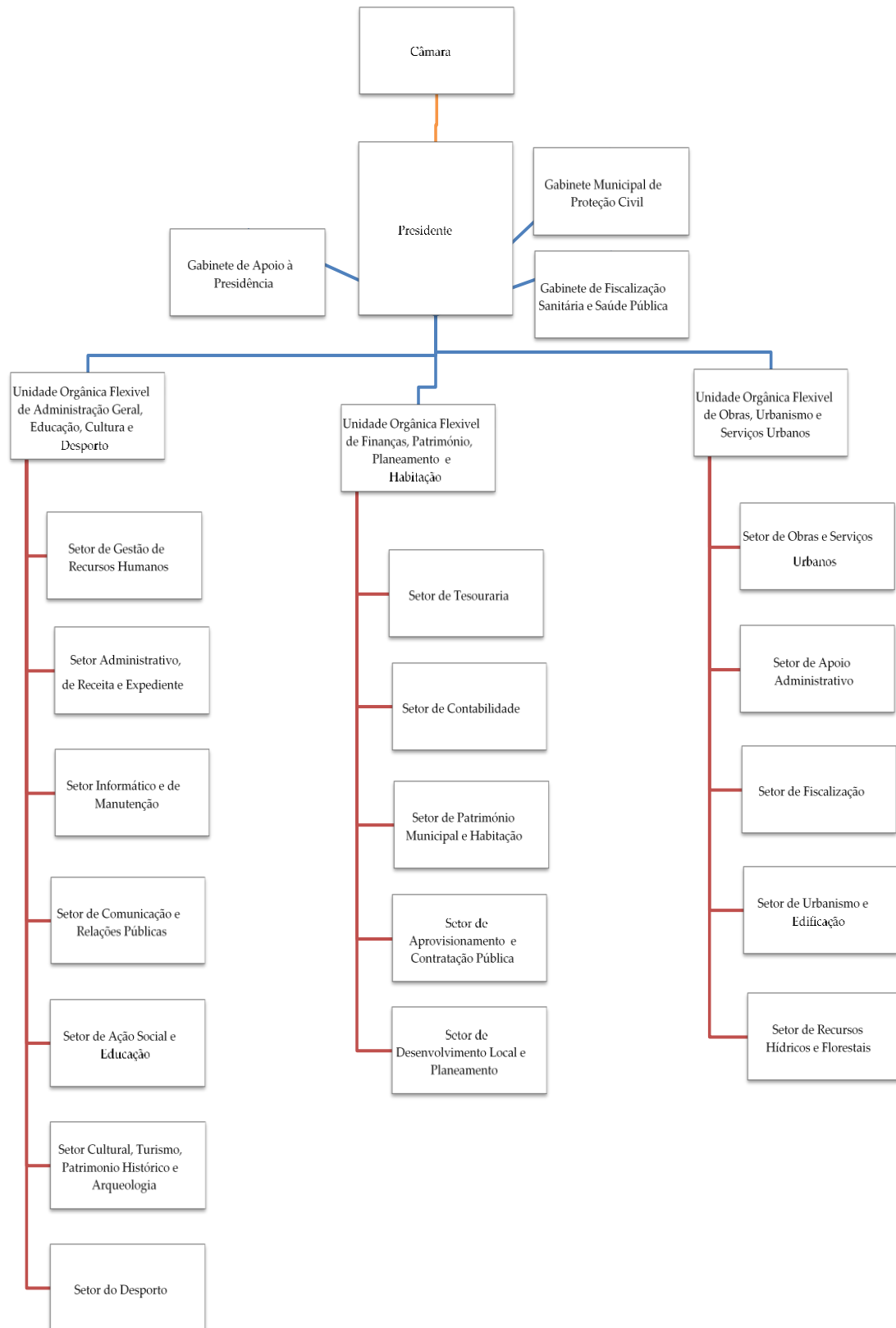
- a) Gabinete de Apoio à Presidência;
- b) Gabinete Municipal de Proteção Civil;
- c) Gabinete de Fiscalização Sanitária e Saúde Pública;

As unidades instrumentais são duas:

- a) Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral, Educação, Cultura e Desporto;
- b) Unidade Orgânica Flexível de Finanças, Património e Planeamento e Habitação.

A unidade operativa é:

- a) Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos.





2.2 – Constituição dos Órgãos do Município

Assembleia Municipal

Nome	Cargo
António Hemetério Airoso Cruz	Presidente Assembleia
Francisco João Velez Roxo	Membro
António João Minhós Palmeiro	Membro
João Manuel Carita Pista	Membro
José António da Silva Ferreira	Membro
Rute Sofia Acates Pires	2ª Secretária
Célia Maria Sousa da Conceição B. Silva Lopes	Membro
José Augusto Calado Mendes de Oliveira	1º Secretário
Tânia Maria Barradas Lopes Falcão	Membro
António Apolinário Antunes da Cruz	Membro
Marco António Grazina Sequeira Calado	Membro
Isabel Cristina A.A. de Moura B. de Carvalho	Membro
Pedro Gonçalo Russo Carola	Membro
Júlio Francisco Aragonez Beja Contente	Membro
Vasco José Freitas Martins da Cruz	Membro
Luís Filipe Cardoso Cané	Presidente da Junta de Freguesia de Alter do Chão
Maria Susete Belo V. Antunes	Presidente da Junta de Freguesia de Chancelaria
Francisco Gaio Pitacas	Presidente da Junta de Freguesia de Cunheira
Mário Sérgio Malheiro Mendes	Presidente da Junta de Freguesia de Seda

Câmara Municipal

Nome	Cargo
Joviano Martins Vitorino	Presidente
Francisco António Martins dos Reis	Vereador em Regime de Não Permanência
Manuel António Poupas Carola	Vice - Presidente (Regime de Meio Tempo)
João Rafael Gorgulho Nisa	Vereador em Regime de Não Permanência
Romão Buxo Trindade	Vereador em Regime de Não Permanência



3 – Recursos humanos

Neste ponto apresentam-se os dados relativos aos trabalhadores da autarquia. Dados estes trabalhados a partir do Balanço Social do município.

3.1 – Emprego

A 31 de dezembro de 2016, o capital humano do município de Alter do Chão era constituído por 135 trabalhadores, sendo a sua relação estabelecida através de Comissão de Serviço (5), Contrato por Tempo Indeterminado (125) e Contrato a Termo Resolutivo Incerto (5).

Os cinco elementos em comissão de serviço são: dois técnicos superiores em cargos de dirigente intermédio de 2.º grau, um técnico superior em cargo de dirigente intermédio de 3.º grau, um assistente técnico no cargo de Comandante Operacional Municipal e um assistente técnico no cargo de chefe de gabinete.

Os cinco trabalhadores contratados a termo são os sapadores florestais, cuja equipa deve ser formada por cinco elementos.

Não estão incluídos os eleitos locais (5+19), programas ocupacionais (16) ou trabalhadores ausentes há mais de 6 meses (1) e os elementos do Gabinete de Apoio à Presidência na relação jurídica - Comissão de Serviço (2) (exceto o chefe de gabinete).

Quadro 1 – Trabalhadores por cargo/carreira por tipo de vínculo e género

Grupo Profissional	Comissão de Serviço			CTFP por Tempo Indeterminado			CTFP a Termo Resolutivo Certo			CTFP a Termo Resolutivo Incerto			Total Efetivos	%
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T		
	Dirigente Intermédio	2	1	3			0			0				
Técnico Superior			0	4	13	17			0			0	17	12,6
Informática			0	1	1	2			0			0	2	1,5
Assistente Técnico	1		1	11	14	25			0			0	26	19,3
Assistente Operacional			0	65	15	80			0	5		5	85	63,0
Outros	1		1	1		1			0			0	2	1,5
Total	4	1	5	82	43	125	0	0	0	5	0	5	135	100

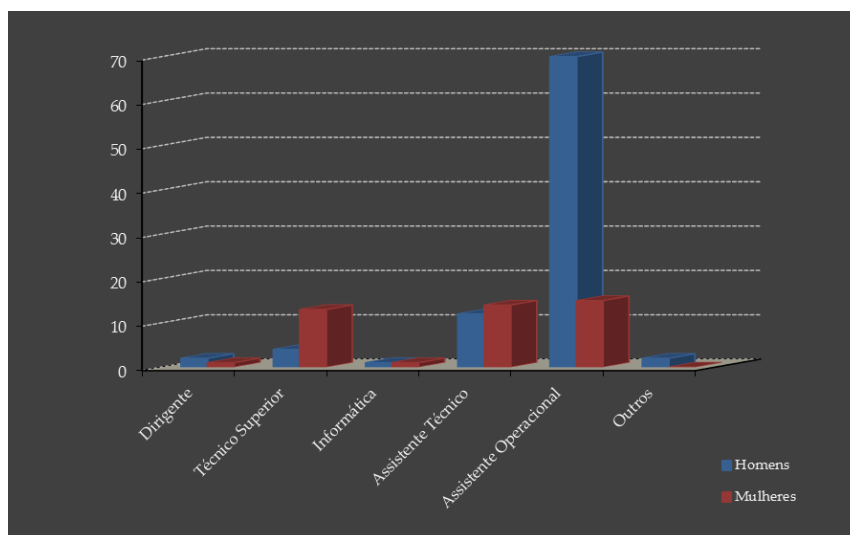
Verificamos que a carreira com maior número de trabalhadores é a de assistente operacional com 70 homens e 15 mulheres, num total de 85 trabalhadores, que representa 63% dos trabalhadores do município.

A seguir aparece a carreira de assistente técnico que representa 19,3% dos trabalhadores, com 12 homens e 14 mulheres.

O grupo seguinte é o dos técnicos superiores com um peso de 12,6% e 17 trabalhadores na sua maioria mulheres, 13.

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição dos trabalhadores pelas diferentes carreiras e também o número de homens e mulheres nessas mesmas carreiras.

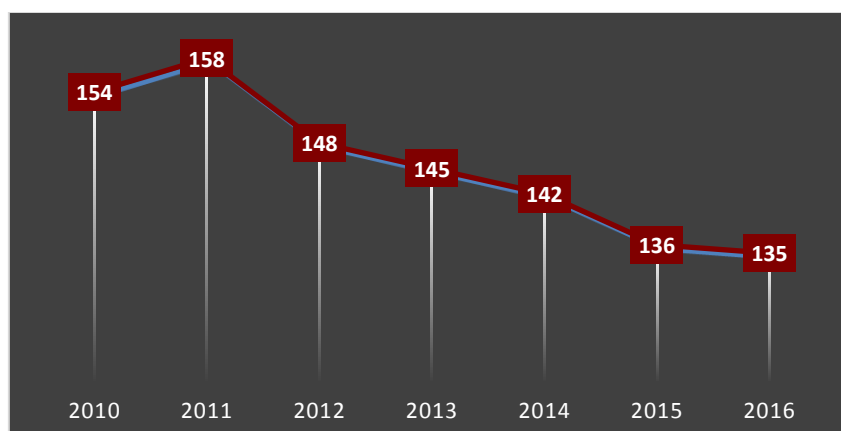
Gráfico 1 – Trabalhadores por cargo/carreira



Na carreira de assistente operacional é onde se verifica a maior discrepância entre homens e mulheres, situação que se verifica desde sempre e que tem como justificação o facto de se tratar de trabalho pesado desenvolvido por pedreiros, calceteiros e manobreadores de máquinas, de entre outras profissões.

Já nas carreiras de assistente técnico e técnico superior o número de mulheres é superior ao dos homens o que se pode justificar por se tratar de trabalho mais leve em termos físicos, mais trabalho administrativo e técnico.

Gráfico 2 – Evolução do número de trabalhadores





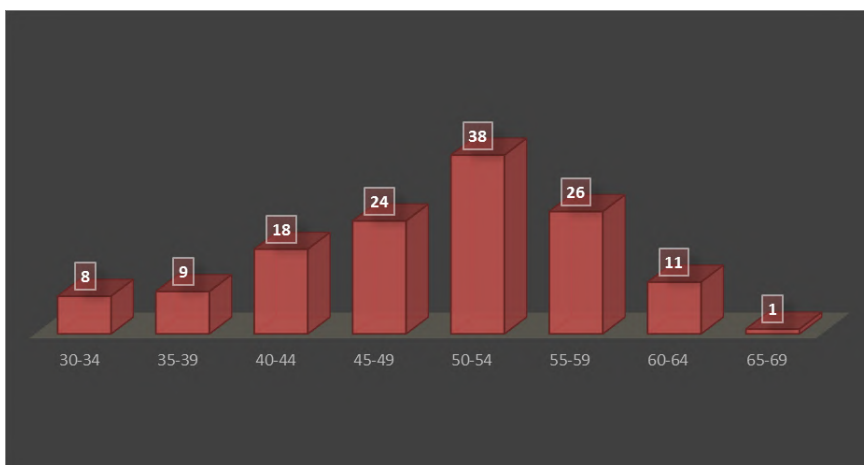
Desde 2011 que o número de trabalhadores do município tem vindo a diminuir, seja por cessão de comissão de serviço, por reforma ou por outra qualquer situação.

Quadro 2 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo escalão etário e género

Grupo Pessoal	20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			45-49			50-54			55-59			60-64			65-69			Total		
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T			
Dirigente Intermédio			0			0			0	1		1			0	1	1	2			0			0						2	1	3	
Técnico Superior			0			0	3	3		1	4	5		1	1	2	4	6		0	1	1	2			0			4	13	17		
Informática			0			0			0			0			0			1	1	2			0						1	1	2		
Assistente Técnico			0			0	1	1		1		1	2	3	5	3	3	6	5	5	10	1	2	3			0			12	14	26	
Assistente Operacional			0			0	4		4	1	1	2	10	2	12	8	2	10	19	7	26	16	3	19	11		11	1	1	70	15	85	
Outros			0			0			0			0			0			0			2		2			0			2	0	2		
Total	0	0	0	0	0	0	4	4	8	4	5	9	12	6	18	14	10	24	25	13	38	20	6	26	11	0	11	1	0	1	91	44	135

O grupo etário com maior número de trabalhadores do município de Alter do Chão é o dos 50 aos 54 anos. Doze trabalhadores têm mais de sessenta anos, sendo todos eles assistentes operacionais. Apenas oito têm menos de trinta e cinco anos, sendo que não há funcionários com menos de trinta anos.

Gráfico 3 – Trabalhadores por escalão etário



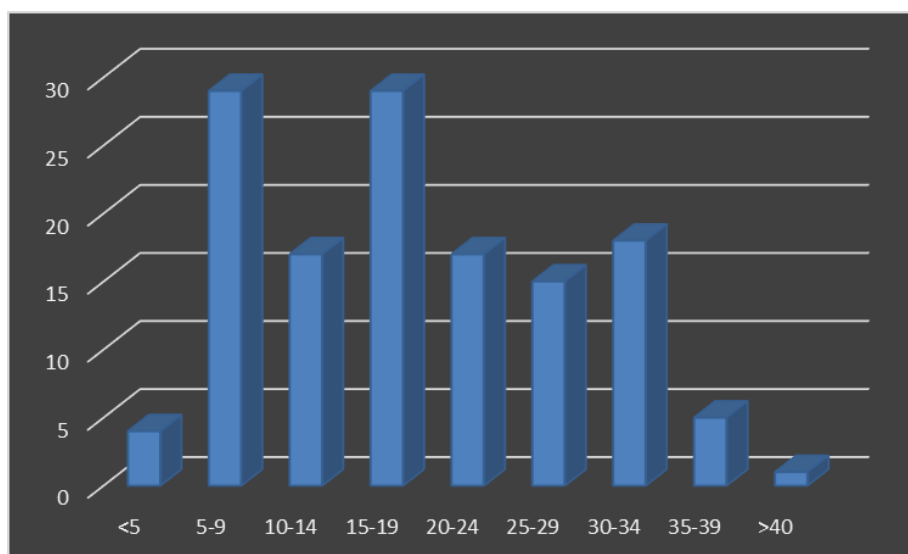
O gráfico anterior permite uma melhor visualização dos grupos etários onde se concentra a maioria dos trabalhadores do município. Dos 135 trabalhadores, 106 estão nos grupos etários dos 40 aos 59 anos.

A escada que se visualiza a partir do grupo dos 55 anos tem toda a razão de ser uma vez que se trata de aproximar da idade da reforma e os trabalhadores vão-se aposentando, sendo cada vez menos há medida que nos aproximamos do último escalão etário.

**Quadro 3 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo antiguidade e género**

Grupo Profissional	<5			5-9			10-14			15-19			20-24			25-29			30-34			35-39			>40			Total			
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	
Dirigente Intermédio			0			0	1		1	1	1	1	1	2			0			0			0			0	2	1	3		
Técnico Superior			0	2	9	11	1	1	2			2	2		1	1			0	1	1			0			0	4	13	17	
Informática			0			0			0			0			0				0	1	1	2			0			0	1	1	2
Assistente Técnico			0	1	4	5	1	1	2	4	3	7	1	2	3	5	3	8		1	1			0			0	12	14	26	
Assistente Operacional	4		4	8	5	13	11	1	12	13	5	18	10	3	13	6	1	7	12		12	5	5	1	1	1	70	15	85		
Outros			0			0			0			0			0				2	2			0			0	2	0	2		
Total	4	0	4	11	18	29	14	3	17	18	11	29	11	6	17	11	4	15	16	2	18	5	0	5	1	0	1	90	44	135	

No que se refere à distribuição dos trabalhadores do município pela antiguidade, há a salientar o facto de apenas 4 trabalhadores terem menos de 5 anos de serviço, contra os 22 no ano 2015. São 79 os trabalhadores (59%) que têm menos de 19 anos de antiguidade. Os trabalhadores que têm mais de 20 anos de trabalho na autarquia são 56.

Gráfico 4 – Trabalhadores segundo antiguidade

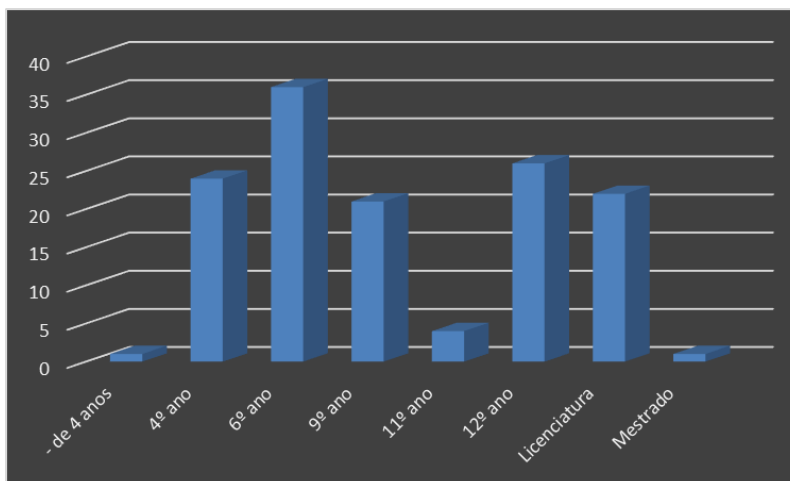
A visualização gráfica de quaisquer dados é sempre facilitada quando comparada com os dados apresentados em forma de quadro. Assim, constatamos que os escalões de antiguidade entre os 5 e 9 anos e 15 e 19 anos são os que tem maior número de trabalhadores, 29 cada um. Com mais de 40 anos de serviço, 1 trabalhador.

Quadro 4 – Trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género

Grupo Pessoal	- 4 anos escolaridade			4 anos escolaridade			6 anos escolaridade			9 anos escolaridade			11 anos escolaridade			12 anos escolaridade			Bacharelato			Licenciatura			Mestrado			Total																													
	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T																											
Dirigente	0			0			0			0			0			0			0			2			1			3																													
Técnico Superior	0			0			0			0			0			0			0			4			12			16			1			1			4			13			17														
Informática	0			0			0			0			0			1			1			2			0			0			0			1			1			2																	
Assistente Técnico	0			0			0			1			1			2			2			2			8			12			20			0			1			1			2			0			12			14			26		
Assistente Operacional	1	1	1	22	2	24	30	6	36	13	5	18	1	1	2	1	1	2	3	1	4	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	70	15	85																					
Outros	0			0			0			1			1			1			1			0			0			0			0			2			0			2																	
Total	1	0	1	22	2	24	30	6	36	15	6	21	4	0	4	12	14	26	0	0	0	7	15	22	0	1	1	91	44	135																											

A análise dos recursos humanos do município de Alter do Chão, na perspetiva das qualificações académicas permite constatar que existem 24 trabalhadores com o 4.º ano de escolaridade, 36 com o 6.º ano, 21 com o 9.º ano e 22 dos trabalhadores são detentores de licenciatura. A estrutura interna desta variável está diretamente relacionada com a estrutura de carreiras do município, ou seja, com a predominância relativa da carreira de assistente operacional face às restantes.

O gráfico abaixo agrupa o número de trabalhadores por nível de escolaridade.

Gráfico 5 – Trabalhadores segundo escolaridade


3.2 – Mobilidade

3.2.1 – Admissões e saídas

Durante o ano de 2016 verificaram-se duas admissões de trabalhadores externos à autarquia através de procedimentos concursais. A admissão de um trabalhador para a equipa de sapadores florestais e um assistente operacional (coveiro).

Em termos de saídas, temos no total cinco: no grupo dos assistentes operacionais, duas por aposentação e uma por falecimento, outras duas por mobilidade externa, uma no grupo dos técnicos superiores para a administração central, e outra no grupo dos assistentes operacionais.

3.2.2 – Recrutamento

Foi efetuado um procedimento concursal para sapador florestal e outro para o grupo de assistente operacional (coveiro), conforme mencionado no ponto anterior.

3.2.3 – Alterações do posicionamento remuneratório

Não se registaram alterações do posicionamento remuneratório.

3.2.4 – Absentismo

Quadro 5 – Número de dias de faltas/ausências

Tipo de faltas/ausências	Total dias	%
Por Acidente em Serviço ou Doença Profissional	268,00	12,28
Falecimento de Familiar	35,50	1,63
Doença	1.392,00	63,78
Proteção na parentalidade	36,00	1,65
Assistência a familiares	3,00	0,14
Trabalhador Estudante	8,00	0,37
Injustificadas	1,00	0,05
Greve	0,00	0,00
Outras	439,00	20,11
Total	2.182,50	100,00

No ano de 2016 o número de dias de faltas/ausências foram 2.182,5, mais 15,5 dias do que no ano anterior. As ausências por conta do período de férias não estão contabilizadas neste quadro por não se enquadrarem na designação de absentismo. Tal como em anos anteriores as faltas que assumem maior

significado são as faltas por doença, sendo que existem três trabalhadores na situação de doença prolongada (estarão aqui em causa $365 \times 3 = 1095$ dias de faltas).

Nas faltas/ausências com a designação “Outras” incluem-se faltas por participação em mesas eleitorais, doação de sangue, consultas médicas.

Gráfico 6 – Faltas/ausências

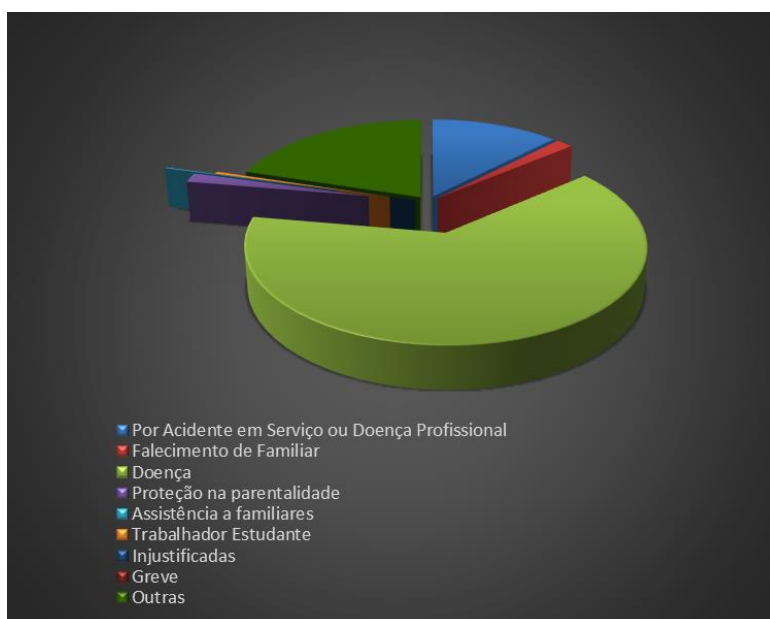
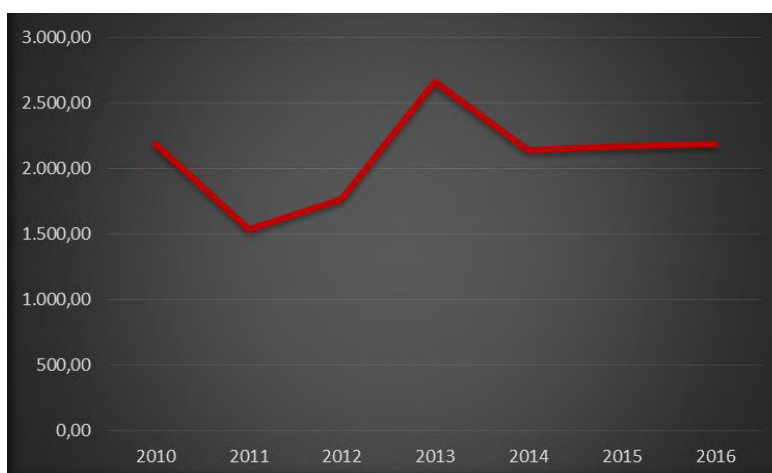


Gráfico 7 – Faltas/ausências 2010 – 2016



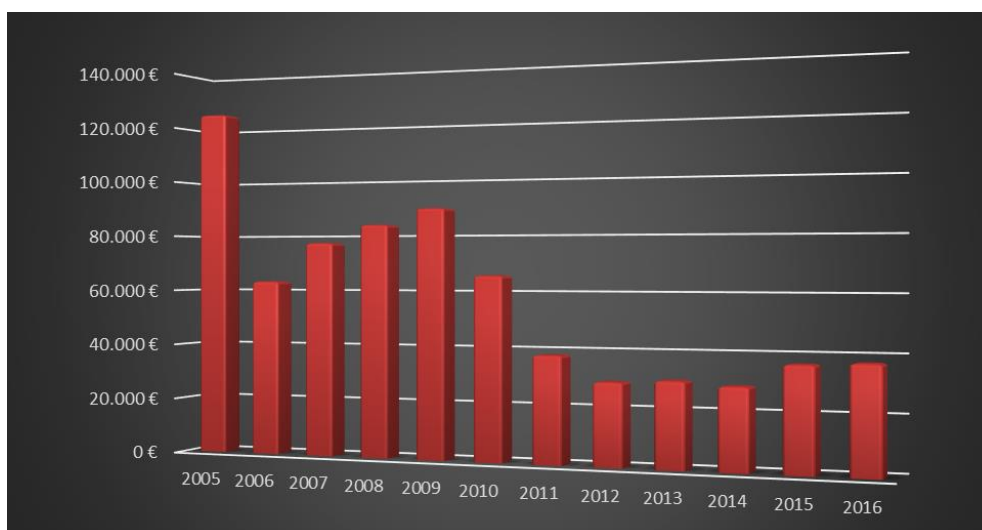
Através do gráfico anterior temos uma percepção dos dados dos últimos anos em termos de dias de faltas. Assim, 2011 foi o ano com menor número de dias de faltas e 2013, o ano com mais dias de faltas nos últimos sete anos.

3.3 – Horas extraordinárias

Durante o ano de 2016 foi realizado trabalho extraordinário diurno num total de 2.848,11 horas, menos 180,89 horas do que em 2015, o que representa uma redução de 5,97% relativamente ao ano anterior, no entanto, o número de horas em dias de descanso semanal e feriados aumentou 17%. Do total de horas extraordinárias apenas 840,27 foram realizadas por mulheres, mais 309,27 do que no ano anterior. A maior parte são de funcionários do Setor de Obras e Serviços Urbanos. O valor total das horas extraordinárias foi € 37.441,13.

O gráfico 8 mostra a evolução do valor gasto em horas extraordinárias desde 2005, tendo sido esse o ano cujo valor foi mais elevado, € 125.214,17. O valor diminuiu a partir de 2010 em consequência da redução do número de horas realizadas, mas também pela diminuição do valor adicional devido pelas horas extraordinárias, tendo aumentado 2% em 2016 relativamente a 2015.

Gráfico 8 – Evolução das horas extraordinárias 2005-2016 (€)



Quadro 6 – Número de horas extraordinárias em dias de semana e dias de descanso e feriados

Ano	dias de semana		dias de descanso	Total
	diurno	noturno		
2014	1.979,12	0,00	3.021,00	5.000,12
2015	3.029,00	0,00	3.666,00	6.695,00
2016	2.848,11	0,00	4.259,23	7.107,34

3.4 – Evolução das Receitas Próprias e Despesas com Pessoal no período 2009-2016

Quadro 7 – Receitas próprias e despesas com pessoal

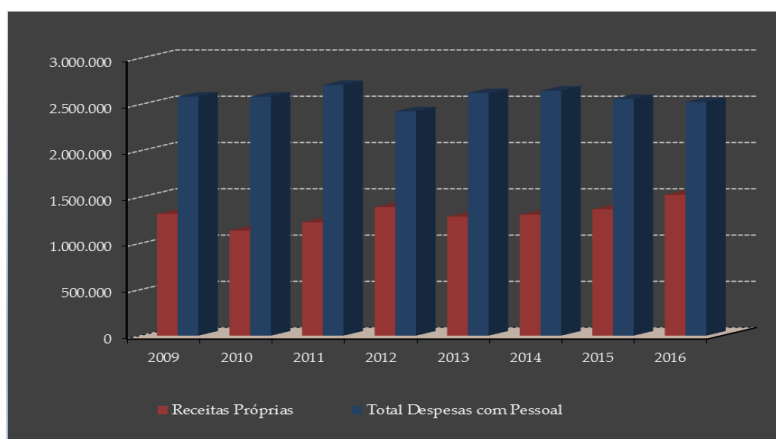
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Próprias	1.315.493,41	1.135.077,04	1.224.005,48	1.388.201,98	1.285.975,33	1.307.025,08	1.365.447,95	1.520.642,07
Total Despesas com Pessoal	2.580.884,21	2.581.420,62	2.707.669,52	2.423.233,12	2.620.395,50	2.645.501,77	2.556.935,11	2.523.457,31
Despesas c/ Pessoal do Quadro	1.500.064,15	1.580.025,42	1.840.872,81	1.674.252,73	1.784.711,20	1.737.622,01	1.730.415,81	1.666.788,84
Despesas c/ Pessoal Fora dos Quadros	357.805,75	343.557,08	225.771,67	171.845,62	118.827,13	86.718,50	76.158,26	72.206,04

As receitas que contribuem para o apuramento das Receitas Próprias são: impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, venda de bens de investimento, ativos financeiros e outras receitas de capital.

O valor das receitas próprias tem variado ao longo dos anos, registando um aumento de 11,37% relativamente ao ano 2015, sendo este o valor mais elevado dos últimos anos. Este aumento ficou a dever-se ao acréscimo de valor nos rendimentos de propriedade e na venda de bens de investimento. A primeira situação é justificada pelo facto de ter sido registada a cobrança da renda da EDP do quarto trimestre de 2016 ainda no mês de dezembro, o que não se verificou nos anos anteriores em que o registo contabilístico do último trimestre só é possível já no mês de janeiro do ano seguinte. Assim, em 2016 registámos cinco prestações da renda sendo que uma diz respeito a 2015. A segunda situação tem a ver com a venda da barragem do Zambujo, cujo valor cobrado em 2016 foi de € 110.500,00, correspondendo a 50% do valor de venda, ficando os restantes 50% a ser pagos em cinco prestações anuais e, ainda, a venda de quatro casas de habitação social e três lojas. A receita da venda da barragem do Zambujo representa 63% da receita desta rubrica.

Através do gráfico 9, facilmente verificamos que o valor das receitas próprias aumentou relativamente a 2015 e as despesas com pessoal diminuíram, no entanto, aquele valor ainda não é suficiente para suprir as despesas com pessoal, ou seja, é necessário parte das transferências do Estado para suportar esta despesa.

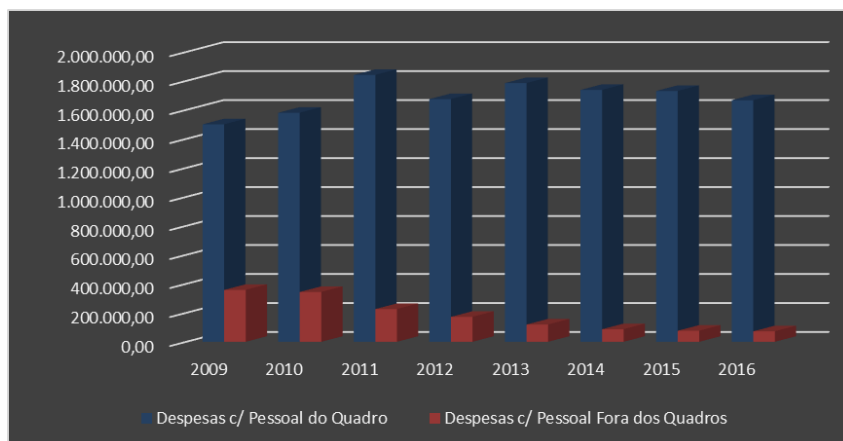
Gráfico 9 – Evolução das receitas próprias e despesas com pessoal 2009-2016 (€)





As despesas com Pessoal do Quadro registam uma ligeira redução (-1,31%) relativamente a 2015. As despesas com Pessoal Contratado têm vindo a diminuir desde 2009, ano em que se atingiu o valor de € 357.805,75. Em 2016 regista-se o valor de despesa mais baixo dos últimos oito anos, representando apenas 2,86% do total da despesa com pessoal.

Gráfico 10 – Evolução das despesas com pessoal do quadro e fora do quadro





4 – Execução das Opções do Plano

Estabelece o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) que os documentos previsionais são dois: as Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento.

Em legislação mais recente a designação Grandes Opções do Plano altera ligeiramente para Opções do Plano, nomeadamente na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, pelo que parece serem aceites as duas designações.

As Grandes Opções do Plano são também constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

O PPI engloba todos os projetos de investimento em que se prevê pagamentos durante o ano, pelo que a execução do PPI reflete a execução financeira dos projetos, a qual deve acompanhar de perto a execução física.

As AMR's englobam todos os projetos/atividades que, não sendo investimento, se revestem de importância para a autarquia, designadamente: transferências entre autarquias locais no âmbito de protocolos de delegação de competências e acordos de colaboração, transferências para outras entidades como a Paróquia ou a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) e a realização de eventos culturais e desportivos.

De seguida analisamos as Opções do Plano através dos dois documentos em separado.

Para um melhor entendimento do enquadramento dos projetos nas diferentes funções deixamos uma breve explicação do que é o Classificador Funcional tal como é definido pelo POCAL:

Funções gerais - Este grupo de funções compreende as atividades de âmbito geral da administração local, abrange os órgãos da autarquia, a área administrativa e financeira, tesouraria, património e notariado e ainda os serviços de proteção civil e prevenção de incêndios.

Funções sociais - Esta categoria ou grupo de funções abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, o abastecimento de água, o tratamento de resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

Funções económicas – Compreende as despesas com a construção, manutenção e modernização de parques industriais, iluminação pública, energia elétrica, transportes e comunicações, comércio, turismo, mercados e feiras e outros assuntos ou serviços de carácter residual não suscetíveis de enquadramento na categoria ou grupo das funções económicas como sejam a informação dos direitos do consumidor.

Outras Funções - Respeita às relações da autarquia com as instituições financeiras e a concessão de empréstimos ou subsídios reembolsáveis. Incluem-se as transferências efetuadas para outras entidades

da administração central, regional ou autárquica. Trata-se de uma rubrica de carácter residual que engloba as despesas não enquadráveis nas anteriores rubricas.

Quadro 8 - Estrutura das Opções do Plano por Funções

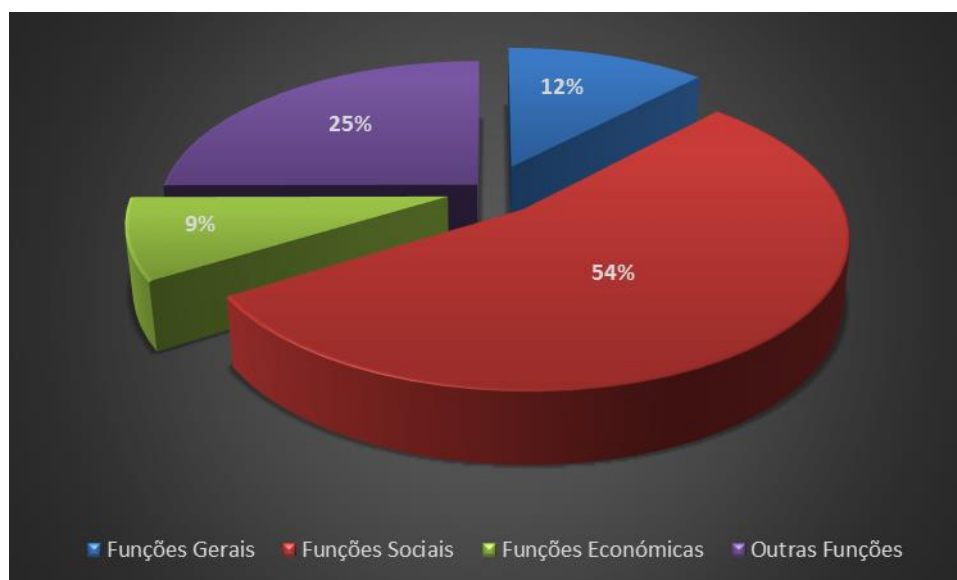
	PPI	%	AMR	%	GOP	%
Funções Gerais	0,00	0%	115.707,64	21%	115.707,64	12%
Funções Sociais	152.030,17	38%	366.220,33	66%	518.250,50	54%
Funções Económicas	82.784,44	21%	1.038,20	0%	83.822,64	9%
Outras Funções	164.514,71	41%	75.473,00	14%	239.987,71	25%
Total	399.329,32	100%	558.439,17	100%	957.768,49	100%

O quadro anterior mostra a execução das Opções do Plano por Função. O valor total do PPI executado foi de € 399.329,32, sendo que o valor mais alto foi nas outras funções, € 164.514,71 com um peso de 41% e o valor mais baixo nas funções gerais € 0,00, representando 0%.

Quanto às AMR's o valor executado foi de € 558.439,17, sendo o valor mais elevado nas funções sociais com € 366.220,33, correspondendo um peso de 66%.

Em termos totais a execução das GOP's foi de € 957.768,49.

Gráfico 11 - Estrutura das Opções do Plano por Funções





Quadro 9 - Execução das Opções do Plano

Funções	Código	Programa	PPI	AMR	GOP	%
Funções Gerais	111	Administração Geral	0,00	10.185,32	10.185,32	1,1%
	121	Proteção civil e Luta Contra Incêndios	0,00	105.522,32	105.522,32	11,0%
Funções Sociais	210	Educação	0,00	0,00	0,00	0,0%
	211	Ensino não Superior	3.392,00	60.362,52	63.754,52	6,7%
	212	Serviços Auxiliares de Ensino	6.088,52	0,00	6.088,52	0,6%
	221	Serviços Individuais de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,0%
	232	Ação Social	0,00	86.491,37	86.491,37	9,0%
	241	Habitação	167,40	0,00	167,40	0,0%
	242	Ordenamento do Território	48.117,60	553,50	48.671,10	5,1%
	243	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,0%
	244	Abastecimento de Água	45.910,20	0,00	45.910,20	4,8%
	245	Resíduos Sólidos	41.280,61	0,00	41.280,61	4,3%
	246	Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza	0,00	0,00	0,00	0,0%
	251	Cultura	1.966,24	217.090,84	219.057,08	22,9%
	252	Desporto, Recreio e Lazer	5.107,60	1.722,10	6.829,70	0,7%
	253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00	0,00	0,00	0,0%
Funções Económicas	310	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça Pesca	12.164,81	0,00	12.164,81	1,3%
	320	Indústria e Energia	3.818,39	0,00	3.818,39	0,4%
	331	Transportes Rodoviários	66.801,24	0,00	66.801,24	7,0%
	341	Mercados e Feiras	0,00	0,00	0,00	0,0%
	342	Turismo	0,00	910,08	910,08	0,1%
	350	Outras Funções Económicas	0,00	128,12	128,12	0,0%
Outras Funções	420	Transferências entre Administrações	0,00	30.000,00	30.000,00	3,1%
	430	Diversas não Especificadas	164.514,71	45.473,00	209.987,71	21,9%
Total			399.329,32	558.439,17	957.768,49	100,0%

No quadro anterior observamos a execução das Opções do Plano por Função, mas agora discriminadas por Programa enquadrado nas respetivas funções.

Em seguida, revelam-se alguns dos projetos/atividades desenvolvidos durante o ano 2016.

O código apresentado à frente de cada programa a partir da página seguinte diz respeito ao número do programa, dentro de cada Função, conforme consta do documento “Balancete das Grandes Opções do Plano” de forma a simplificar a leitura deste último.



01 FUNÇÕES GERAIS

Administração Geral - 111

Foi dada continuidade à execução dos projetos iniciados pela Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo -CIMAA, pela Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo - AREANATEjo e pela Associação Portalegre Distrito Digital - APDD, embora, em termos de pagamentos apenas se tenham verificado transferências para a CIMAA e AREANATEjo, conforme quadros abaixo:

Quadro 10 – Transferências efetuadas para a CIMAA

Projeto/Candidatura	Capital	Correntes
Apoio ao Desenvolvimento ITI	0,00	435,42
Plano de ação para ITI FSE	0,00	485,85
SAMAA - serviços online	0,00	951,59
Jogos Norte Alentejano 2016	0,00	2.500,00
PAMUSAA	0,00	504,68
BTT	0,00	1.469,00
E.A. 1ª tranche	0,00	1.163,81
E.A. 2.ª tranche	0,00	1.163,81
Total	0,00	8.674,16

Quadro 11 – Transferências efetuadas para a AREANATEjo

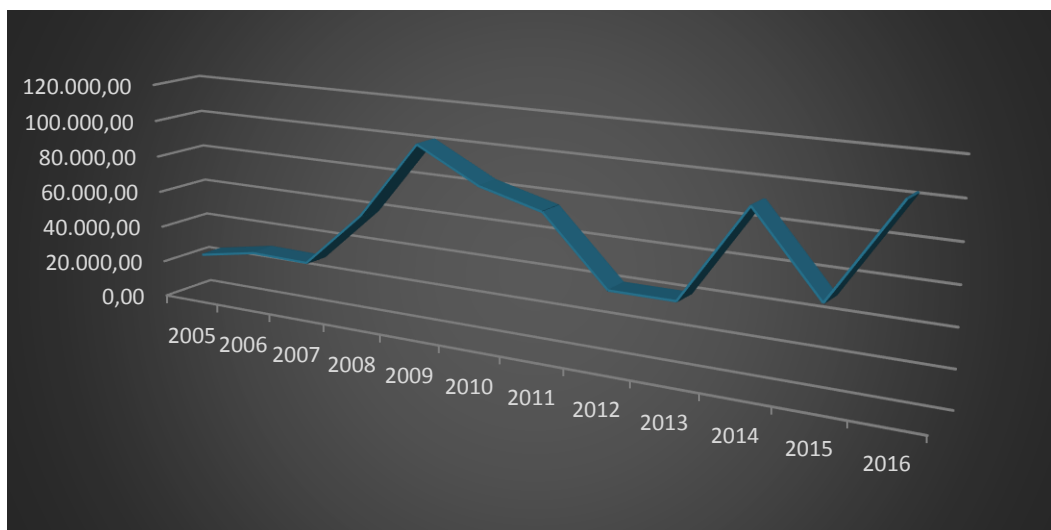
Projeto/Candidatura	Capital	Correntes
Projeto Norte Alentejano Sustentável	1.511,16	0,00
Total	1.511,16	0,00

Proteção Civil e Luta Contra Incêndios - 121

Para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alter do Chão foram transferidos € 102.917,63. Desta verba, € 40.000,00 respeita ao projeto “Linha Azul” que os bombeiros asseguram com o número municipal de emergência.

Da restante verba transferida, € 13.187,63 destinou-se a participar a aquisição de uma viatura de combate a incêndios, nos termos de deliberação do Órgão Executivo tomada em 1 de abril de 2016 e € 49.730,00 para aquisição de uma nova ambulância, conforme deliberação do Órgão Executivo de 21 de novembro de 2016.

Gráfico 12 – Transferências efetuadas para a AHBVAC



02 FUNÇÕES SOCIAIS

Ensino não superior – 211

No ano 2016 foi gasta uma verba de € 3.392,00 referente a pinturas no Centro Escolar de Alter do Chão.

O Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) visa complementar, de forma lúdica e pedagógica, o tempo extra curricular de permanência das crianças na escola, contribuindo para o seu desenvolvimento educativo.

No concelho de Alter do Chão as atividades de enriquecimento curricular são promovidas pelo município, de acordo com a legislação em vigor e, em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alter do Chão e a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, têm um carácter facultativo e são, no entanto, de oferta obrigatória e de frequência gratuita.

No ano letivo de 2015/2016 as aulas de música, inglês e expressão artística foram asseguradas por professores do Agrupamento de Escolas de Alter do Chão, para as aulas de educação física e de equitação coube ao município contratar os técnicos para o 1.º Ciclo e para o ensino pré-escolar.

Relativamente ao ano letivo 2016/2017, e uma vez que o ensino de inglês passou a fazer parte do currículo para o 3.º e 4.º anos, substituiu-se o inglês do 1.º e 2.º anos por arqueologia, assegurado por técnicos da Câmara. A despesa em 2016 foi de € 19.610,76.

O número de alunos que frequentam o 1.º Ciclo do ensino básico em Alter do Chão é de 84 distribuídos pelas atividades de enriquecimento curricular como se apresenta no quadro 12.

**Quadro 12 – N.º de alunos por AEC**

Atividades de enriquecimento curricular	N.º Alunos
Arqueologia	33
Musica	68
Atividade física e desportiva	70
Expressão plástica	38
Equitação	30
Natação	36

Para além do apoio ao nível das AEC's, o município comparticipa ainda a aquisição de manuais e material escolar. Em 2016, a verba gasta foi € 2.770,54, tendo sido apoiados 66,66% dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

No que respeita ao pagamento das refeições escolares gastou-se uma verba de € 40.164,83, sendo que €37.756,83 foram pagos ao Agrupamento de Escolas de Alter do Chão e € 2.408,00 ao Grupo Social da Cunheira, este último pelas refeições fornecidas aos alunos do ensino pré-escolar da Cunheira em funcionamento até outubro de 2016.

O número de alunos apoiados ao nível da comparticipação das refeições é de 125 no ano letivo 2016/2017.

Serviços Auxiliares de Ensino – 212

Neste projeto estão inscritas as ações relacionadas com o Pólo da Universidade de Évora. No ano 2016 foi efetuada a reabilitação da cobertura da ala dos quartos triplos do Pólo, no valor de € 6.088,52.

Ação Social – 232

Quanto ao projeto Cantina Social foram pagos € 2.051,50 à Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, não tendo as restantes instituições de solidariedade social do concelho apresentado valores para participar no âmbito do protocolo celebrado com o município.

Dando continuidade ao projeto do Cartão do Idoso na comparticipação das despesas de saúde foram pagos € 14.464,87 no ano 2016. Em 31 de dezembro os beneficiários ativos do cartão do idoso eram 141.

Relativamente ao Apoio às IPSS's do Concelho a verba refletida nas GOP's, € 70.000,00, corresponde ao valor transferido para as quatro IPSS's do Concelho, distribuída da seguinte forma: € 5.000,00 para a Associação Centro de Apoio à Terceira Idade de St.º Estevão para apoio à aquisição de equipamentos, nos termos da deliberação n.º 217, de 5 de agosto de 2016; € 5.000,00 para o Grupo Social da Cunheira – Lar de Nossa Senhora da Conceição para apoio à reparação e manutenção de equipamentos, nos termos da



deliberação n.º 249, de 16 de setembro de 2016; € 5.000,00 para a Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda – Lar de Nossa Senhora dos Espinheiros para aquisição de máquina de lavar roupa industrial e conservação do edifício do Centro Comunitário, nos termos de deliberação n.º 208, de 15 de julho de 2016; € 55.000,00 para a Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão, dos quais € 15.000,00 para participação na aquisição de sofás, nos termos de deliberação n.º 97, de 18 de março de 2016 e € 40.000,00 para participação na aquisição de camas para o lar, nos termos de deliberação n.º 250, de 16 de setembro de 2016.

Ordenamento do Território – 242

No que respeita ao ordenamento do território está a ser desenvolvido todo um processo de estudo, planeamento e definição de dados referentes à gestão urbanística e ocupação de espaço público.

Foi aprovada a Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alter do Chão, pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária, realizada no dia 25 de setembro de 2015, tendo sido publicitada no Diário da República, II Série, n.º 253 de 29 de dezembro de 2015, Regulamento n.º 914/2015. Este processo foi todo desenvolvido pelos técnicos da autarquia sem qualquer adjudicação a entidades externas.

Na reunião do Executivo de 18 de dezembro foi aprovada a proposta para elaboração do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), o qual constitui um instrumento de planeamento e de programação das intervenções, públicas e privadas, a desenvolver no domínio da regeneração urbana através da mobilização da Prioridade de Investimento 6.5 – “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído”, inscrita no Eixo Prioritário 8 – “Ambiente e Sustentabilidade” do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020.

O PARU possibilitará ao município de Alter do Chão, bem como a potenciais parceiros aceder a cofinanciamento FEDER para um conjunto de intervenções que se enquadrem e concorram para uma estratégia integrada de regeneração urbana.

Foi também aprovada, na mesma sessão, a proposta para elaboração do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD). Este plano visa a reabilitação e regeneração física, económica e social das comunidades e das zonas urbanas desfavorecidas, nomeadamente, de bairros sociais ou outras áreas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas.

Criado no âmbito do Portugal 2020, o PAICD constitui o instrumento de planeamento e de programação integrada de intervenções junto de comunidades desfavorecidas, com uma delimitação territorial precisa, visando a definição e implementação de uma estratégia multidimensional de promoção da inclusão social.

A elaboração deste instrumento permitirá dotar o município de Alter do Chão dos instrumentos necessários para uma fundamentada mobilização do financiamento FEDER (Fundo Europeu de



Desenvolvimento Regional) e FSE (Fundo Social Europeu) destinados à regeneração urbana e inscritos no Programa Operacional Regional (POR) Alentejo 2020.

Concluído o processo de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vila de Alter do Chão, deu-se início à elaboração da Operação de Reabilitação Urbana (ORU), neste caso uma ORU simples que consubstancia ações de reabilitação que incidem principalmente sobre o edificado e devem, preferencialmente, ser realizadas pelos respetivos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos. Estas operações obedecem a uma estratégia de reabilitação urbana que, nomeadamente, estabelece o prazo para execução das operações, define as prioridades e especifica os seus objetivos, determina o modelo de gestão da área de reabilitação urbana, apresenta um quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação executadas por aqueles interessados e propõe soluções de financiamento.

Assim, foi adjudicado à firma Mundo às Riscas, Lda, por € 48.339,00, o trabalho de elaboração da Área de Reabilitação Urbana do Aglomerado de Alter Pedroso, a Operação de Reabilitação Urbana para o Aglomerado de Alter do Chão e Alter Pedroso, o Plano de Ação de Regeneração Urbana e o Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas. Foi pago em 2016 o valor de € 36.186,60 tendo transitado para 2017 o valor de € 12.152,40.

Ainda nesta ação das GOP's foi adjudicada à firma Henrique Barros-Gomes, Arquiteto Unipessoal, Lda, por € 11.931,00, o projeto de "Reconversão do Edifício da Antiga Escola em "Escola de Tradições e Sabores" e Requalificação dos Espaços Públicos: Largo João Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso". Este projeto foi pago na totalidade em 2016.

Em fevereiro de 2016 foi submetida a candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana – PARU ao Programa Operacional Regional do Alentejo, Eixo Prioritário – Ambiente e Sustentabilidade, tendo a mesma sido aprovada em junho de 2016.

O Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas aguarda abertura do aviso para submissão da candidatura. (Foi aberto já em 2017).

Saneamento – 243

A antiguidade das redes de saneamento e abastecimento de água, quer da vila quer das freguesias é uma das grandes preocupações ao nível local. Sendo uma preocupação partilhada por todos os municípios do Norte Alentejano, a CIMAA elaborou uma candidatura conjunta para a execução do Cadastro das Infraestruturas Existentes dos Sistemas em Baixa de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais. A candidatura foi submetida ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), Eixo 3, Prioridade de Investimento 6.ii, Aviso POSEUR-12-2015-16. Esta candidatura foi aprovada em 09 de setembro de 2016, com um investimento total de € 1.271.044,80 para o conjunto dos municípios participantes. O investimento para Alter do Chão será de € 48.062,65 e a comparticipação



do município de € 7.209,40. A CIMAA lançou um Concurso Público Internacional em 10 de janeiro de 2017, encontrando-se nesta data em fase de análise de propostas.

Abastecimento de Água – 244

No projeto de Reparação, Remodelação e Beneficiação da Rede Pública de Abastecimento enquadrou-se uma empreitada para abertura e reposição de pavimentos em diversos arruamentos do aglomerado de Alter do Chão, a decorrer em simultâneo com a prestação de serviços de deteção de fugas de água. A obra foi adjudicada à firma Dioana, Lda, pelo montante de € 29.160,60.

Tendo em conta que toda a estrutura da rede de água, quer em Alter do Chão, quer nas freguesias, se encontra muito envelhecida e a necessitar de urgente remodelação, e na perspetiva de candidatar a fundos comunitários a remodelação da rede, foi cabimentada uma verba para iniciar o procedimento para elaboração do “Projeto de Execução para Remodelação da Rede Pública de Abastecimento de Água em Baixa à Vila de Alter do Chão”, no valor estimado de € 73.800,00.

Durante o ano de 2016 foram gastos € 8.211,30 em aquisições de material e reparações na rede de abastecimento de água, tendo sido adquiridas bombas para o furo da Herdade do Pereiro em Chança e para o furo da piscina de Chança e também três contadores de água de apoio ao sistema de monitorização dos consumos a instalar em depósitos de água dos aglomerados urbanos, de modo a permitir apurar os reais gastos e/ou perdas de água.

Após conclusão do Estudo Hidrogeológico para delimitação dos perímetros de proteção das 24 captações de água subterrânea destinadas ao abastecimento público do concelho de Alter do Chão efetuado pelo LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., em 2015, o município ficou em condições de avançar para a obra propriamente dita.

A partir deste documento, a autarquia ficou em condições de lançar uma empreitada para a execução da delimitação física em todos os furos de água, pois estes constituem um recurso a uma possível falta no abastecimento efetuado pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.. Esta empreitada foi adjudicada a Manuel Marques Airoso por € 28.131,23. Os trabalhos iniciaram-se em 2016 e continuam em 2017.

Resíduos Sólidos – 245

Foram pagos € 36.222,41 relativamente à locação financeira da viatura de recolha de resíduos, a qual foi adquirida em 2013 e terá o último pagamento em 2017, conforme quadro seguinte:

Quadro 13 – Locação financeira camião de recolha de resíduos sólidos

Locação financeira	2012		2013		2014		2015		2016		2017		Total	
	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Volvo recolha de resíduos	32.465,49	4.896,27	29.208,39	3.145,13	32.999,16	5.019,56	32.669,94	3.337,49	34.744,61	1.477,80	3.204,24	79,86	165.291,83	17.956,11
Total	37.361,76		32.353,52		38.018,72		36.007,43		36.222,41		3.284,10		183.247,94	



Cultura – 251

No âmbito do projeto Via Adriana realizou-se a Bienal de Arqueologia e História. A Bienal de Arqueologia e História é um projeto do município que tem por objetivo principal colocar Alter do Chão na agenda científica internacional, na área da arqueologia e história. Ao promover o seu património cultural de forma concertada com entidades tutelares da investigação científica e da cultura, o Município está igualmente a dinamizar a atividade turística e a colaborar com os agentes económicos, de âmbito local, nacional e internacional.

Ocorrida de 1 a 3 de julho de 2017, esta primeira edição da Bienal de Arqueologia e História de Alter do Chão teve por tema o projeto internacional RoGeMoPorTur, um projeto luso-turco de estudo de mosaicos geométricos romanos. A entidade promotora da bienal é o município de Alter do Chão, sendo a organização do colóquio partilhada entre a Câmara Municipal e o Projecto RoGeMoPorTur.

Foram gastos cerca de € 28.000,00 com o evento.

Relacionado com o projeto Via Adriana pagou-se ainda uma verba de € 5.965,50 referente à limpeza e manutenção do mosaico.

O projeto “Festas de Verão” custou € 49.055,37, valor este distribuído pelas quatro freguesias e por despesas como contratação de artistas, aluguer de som e de tendas, sendo o maior peso da despesa efetuado na sede do concelho.

Durante o ano 2016 foi adquirido equipamento de cinema digital 3D para o Cineteatro de Alter do Chão, o valor do equipamento foi de € 68.769,30 e foi adjudicado à firma Cenário Avançado, Equipamentos e Projetos Audiovisuais, Cinema e Mecânica de Cena, Lda.

A aquisição deste equipamento foi enquadrada numa candidatura designada “Cineteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital”, efetuada ao Alentejo 2020, Prioridade 6.3, Tipologia de Intervenção – Património Natural e Cultural, cujo código é ALT20 – 08- 2114 – FEDER – 000108, com um investimento elegível de € 212.113,08 e uma participação de € 180.296,12. Nesta candidatura englobam-se mais três componentes: substituição de iluminação, fornecimento e montagem de AVAC e equipamento de som e luz cénica.

No projeto “Eventos Diversos” foram englobadas algumas atividades como a Feira do Livro, Abril Cavalos e Toiros, Programa da TVI, Dia do Município, Dia da Criança, e outros eventos de pequena dimensão, tendo na globalidade sido comprometida uma verba de € 75.454,82.

No projeto “Geminção” foram gastos € 9.259,60, dos quais € 8.059,60 representam o pagamento da deslocação oficial da Câmara Municipal e da Banda Municipal Alterense a Thourotte.

Ainda no âmbito do programa Cultura realizou-se em julho a Ludi Abelteriensis (Festa Romana), com um custo de € 40.228,98, que enquadrou no seu programa a Bienal de Arqueologia e História atrás mencionada. O conjunto destas ações, bem como a realização da Festa Romana em 2017, constituiu a base de mais uma candidatura ao Programa Alentejo 2020, Prioridade 6.3, Tipologia de Intervenção –



Património Natural e Cultural, cujo código é ALT20 - 08 - 2114 - FEDER - 000017, com um investimento elegível de € 111.632,38 e uma comparticipação de € 88.542,39, dos quais já deu entrada na autarquia €48.306,74.

Ao nível da Promoção e Divulgação Turística do Concelho foi gasta uma verba de € 26.510,47 em pendões, lonas, desdobráveis, agenda cultural, divulgação em jornais e rádios.

Foram adquiridos livros para as Bibliotecas Escolares do Agrupamento de Escolas de Alter do Chão e da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão – EPDRAC, € 1.850,58.

Desporto – 252

No programa “Desporto, Recreio e Lazer”, o município gastou € 7.750,69, dos quais € 5.448,95 na Manutenção das Piscinas do Concelho, nomeadamente, na pintura do interior da piscina coberta de Alter do Chão e na aquisição de guarda-sóis para a piscina descoberta de Alter do Chão.

Nas diversas atividades desportivas, com um valor gasto de apenas € 1.795,10, enquadra-se a aquisição de troféus, águas, frutas para o desenvolvimento de atividades como por exemplo, caminhadas, torneio Futebol Total, corrida de galgos, BTT na Chança, o Jogo da Malha na Cunheira.

03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 310

A verba envolvida neste projeto respeita à despesa com o fornecimento contínuo de tout venant.

Transportes Rodoviários – 331

Englobou-se no projeto de “Constituição/beneficiação de arruamentos nos aglomerados do concelho”, ação 1 – Obras, duas empreitadas: Beneficiação do Arruamento Azinhaga das Feiticeiras em Alter do Chão, adjudicada por € 33.505,45 à firma Dioana, Lda, da qual se pagou o montante de € 26.782,93, transitando para 2017 apenas € 6.722,52 e Reparação de Depressões em Diversos Arruamentos do Concelho, adjudicada por € 21.086,05 à firma Constradas, Estradas e Construção Civil, S.A., tendo sido pago o valor total em 2016.

Ainda no mesmo projeto, mas na ação 2 – projetos, contemplou-se a execução de quatro projetos.

- O projeto para Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago e Espaço do antigo Lavadouro público de Alter Pedroso, foi adjudicado à firma Matos, Fonseca & Associados, Estudos e Projetos, Lda, pelo valor de € 11.057,70, tendo sido pago em 2016, € 8.846,16;



- O projeto de Execução para a Requalificação do Acesso Norte e Acesso Sul do Aglomerado de Chança, adjudicado à firma Advance Probe, Engenharia, Lda, por € 27.002,41, não tendo sido paga qualquer verba em 2016;

- O projeto de Execução para Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina em Alter do Chão, adjudicado à firma Advance Probe, Engenharia, Lda, pelo montante de € 18.345,87, do qual se pagou em 2016 o valor de € 5.503,76;

- O projeto de Execução para a Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago na Vila de Alter do Chão, adjudicado à firma Proengel, Projetos de Engenharia e Arquitetura, Lda pelo valor de € 24.600,00, tendo transitado a totalidade da despesa para 2017.

No projeto Pequenos Arranjos Paisagísticos englobou-se a despesa efetuada com a aplicação de relva sintética no cruzamento da entrada norte de Alter do Chão e a aplicação de tapete de relva nos espaços ajardinados dos 24 fogos.

Foi desenvolvido pela CIMAA o “Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável – PAMUS”, este plano, definido ao nível de NUTS III, está ancorado na estratégia de baixo teor de carbono, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável, e, como tal, focado nas medidas dirigidas ao sistema de mobilidade com o objetivo da redução das emissões de gases com efeito de estufa, bem como da diminuição da intensidade energética. Este plano mereceu o parecer positivo por parte do IMT – Instituto da Mobilidade e de Transportes, I.P., em maio de 2016.

Enquadrado no âmbito do PAMUSAA - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável no Alto Alentejo foi iniciado o procedimento concursal para adjudicação da empreitada de “Requalificação da Antiga EN 369 na Entrada Sul de Alter do Chão e Construção de Rotunda no Entroncamento para Cabeço de Vide” bem como a aquisição dos terrenos envolvidos na operação.

Estas duas ações constituem mais uma candidatura efetuada ao programa regional do Alentejo – Alentejo 2020, Prioridade de Investimento 4.5, Tipologia de intervenção – Operações de Mobilidade Urbana selecionadas no PAMUS dos Centros Urbanos Complementares, cujo código é ALT20 – 07- 1406 – FEDER – 000002, aprovada com um investimento elegível de € 395.607,52 e uma comparticipação de €336.266,39.

04 OUTRAS FUNÇÕES

Transferências entre Administrações – 420

Foram transferidos € 10.000,00 para cada uma das freguesias rurais do concelho.

Os valores acima mencionados são apoios financeiros para despesas urgentes e inadiáveis, decorrentes de situações imprevistas, da instalação de infraestruturas básicas e para apoio à organização de eventos que visem a salvaguarda dos interesses próprios das populações.

**Diversas não especificadas – 430**

Aquisição de Autocarros e Viaturas é um projeto onde se reflete o pagamento, através de locação financeira, da compra do autocarro de 55 lugares adquirido pela autarquia em 2013, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Quadro 14 – Locação financeira retroescavadora e autocarro

Locação financeira	2014		2015		2016		2017		2018		Total	
	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros
Autocarro	36.423,38	9.488,80	38.478,54	7.282,46	40.964,55	4.986,30	43.084,48	3.148,44	26.482,36	816,11	185.433,31	25.722,11
Total	45.912,18		45.761,00		45.950,85		46.232,92		27.298,47		211.155,42	

Dando continuidade à remodelação do Parque de Máquinas da Câmara Municipal de Alter do Chão foi iniciado o procedimento para execução da empreitada de construção de muros e vedação para delimitação do Parque, obra estimada em € 25.000,00.

Relativamente à Aquisição de Material Informático foram gastos € 16.352,54, valor em que se enquadrou a aquisição de UP's para vários setores da Câmara Municipal, rede wi-fi para as camaratas do Pólo da Universidade de Évora e ainda o software para dispositivo móvel para divulgação do concelho (solução de APP Mobile para IOS e Android).

Em Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento gastou-se um total de € 8.284,50, onde a maior parte da verba respeita a aquisição de um sistema dissuasor de aves amovível instalado, pontualmente, em locais de forte incidência de aves em zonas urbanas.

Foram gastos € 52.746,44 na reparação de veículos do município enquadrado no projeto Aquisição e Grande Reparação de material de Transporte.

Gastou-se € 12.607,83 em Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento, de entre este valor € 7.771,14 foi para a reformulação do sistema de gestão de assiduidade.

No projeto Aquisição e Grande Reparação de Maquinaria e Equipamento Administrativo gastou-se € 22.101,99. Deste, € 10.332,00 foi para mobiliário para o refeitório e balneário do parque de máquinas. Foram também adquiridas cadeiras para alguns setores, mesas e cadeiras de esplanada a afetar aos diversos eventos desenvolvidos pela autarquia.

Foi adquirida uma viatura de caixa aberta em segunda mão no valor de € 11.000,00.

Ainda englobado nas Grandes Opções do Plano é registado o pagamento do Fundo de Apoio Municipal, € 45.473,00.



5 – Execução orçamental

A comparação entre o orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

5.1 – Modificações ao Orçamento

As Grandes Opções do Plano e Orçamento como documentos de natureza previsional são, em regra, durante a sua execução, objeto de ajustamentos, para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, através de alterações e revisões, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo em casos excecionais previstos na lei, conforme pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL.

O orçamento inicial foi de € 6.866.526,00, tendo sido aprovadas cinco revisões pela Assembleia Municipal. Registaram-se vinte alterações orçamentais durante o ano de 2016 que introduziram modificações nas despesas e receitas, tendo como objetivo ajustar as previsões orçamentais que fixaram o orçamento final em € 7.023.946,55.

Quadro 15 – Resumo das Modificações ao Orçamento

		Receita		Despesa		
Designação		Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas	Designação	Dotações Iniciais	Dotações Corrigidas
Correntes	Impostos diretos	473.005,00	473.005,00	Despesas com pessoal	2.593.150,00	2.622.900,00
	Impostos indiretos	8.851,00	8.851,00	Aquisição de bens e serviços	2.119.500,00	2.335.980,00
	Taxas, multas outras penalidades	24.600,00	24.600,00	Juros e outros encargos	17.500,00	17.500,00
	Rendimentos de propriedade	209.950,00	209.950,00	Transferências correntes	232.000,00	307.720,00
	Transferências correntes	3.841.929,00	3.885.222,00	Subsídios	50.000,00	68.000,00
	Venda de bens e serviços correntes	748.700,00	748.700,00	Outras despesas correntes	301.000,00	340.536,56
	Outras receitas correntes	60.500,00	60.500,00			
	Total Receitas Correntes	5.367.535,00	5.410.828,00	Total Despesas Correntes	5.313.150,00	5.692.636,56
Capital	Venda de bens de investimento	841.000,00	263.485,15	Aquisição de bens de capital	1.115.276,00	920.648,83
	Transferências de capital	646.891,00	964.985,00	Transferências de capital	193.600,00	186.011,16
	Ativos financeiros	1.000,00	1.000,00	Ativos financeiros	65.500,00	45.500,00
	Outras receitas de capital	100,00	100,00	Passivos financeiros	179.000,00	179.150,00
	Reposições não abatidas pagamen.	10.000,00	10.000,00	Outras despesas de capital	0,00	0,00
	Saldo da gerência anterior	0,00	373.548,40			
	Total Receitas de Capital	1.498.991,00	1.613.118,55	Total Despesas de Capital	1.553.376,00	1.331.309,99
Total	6.866.526,00	7.023.946,55	Total	6.866.526,00	7.023.946,55	



5.2 – Equilíbrio orçamental

O POCAL estabelece no ponto 3.1.1. o Princípio do Equilíbrio – “ o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.”

No entanto, a 1 de janeiro de 2014 entrou em vigor a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, que estipula no n.º 2 do artigo 40.º que a “receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”

Diz o n.º 3 do mesmo artigo que “O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é, obrigatoriamente, compensado no exercício seguinte.”

Ainda o n.º 4 estipula que “Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.”

Deve ainda ser tida em conta a norma transitória constante do artigo 83.º que diz que “ Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, consideram-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.”

Assim sendo, apurámos o valor da amortização média de € 181.846,45, à data de 31 de dezembro de 2013, para o município de Alter do Chão, que será sempre o mesmo valor até haver contração de novos empréstimos ou amortização dos existentes.

Refazendo então as contas à luz da nova lei continuamos a ter um saldo positivo, em termos de equilíbrio corrente, no montante de € 39.864,04:

Quadro 16 – Equilíbrio Orçamental

	2014	2015	2016
Receita Corrente	5.060.442,02	5.181.584,62	5.190.525,62
Despesa Corrente	4.855.052,67	4.760.140,15	4.968.815,13
Diferença	205.389,35	421.444,47	221.710,49
Amortizações Médias	181.846,45	181.846,45	181.846,45
Equilíbrio Orçamental	23.542,90	239.598,02	39.864,04

5.3 – Execução orçamental da receita

A Receita Total cobrada foi de € 6.362.755,33, representando uma execução do orçamento de receita de 90,59%, o que vai ao encontro do estipulado no n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, quando diz: “no caso de o município registrar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas no n.º 1” (os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo).

O grau de execução da receita em 2015 foi de 90,41%, acima dos 85% impostos por lei. Assim, o município não se enquadra na situação descrita no artigo mencionado, cumprindo esta mesma disposição legal.

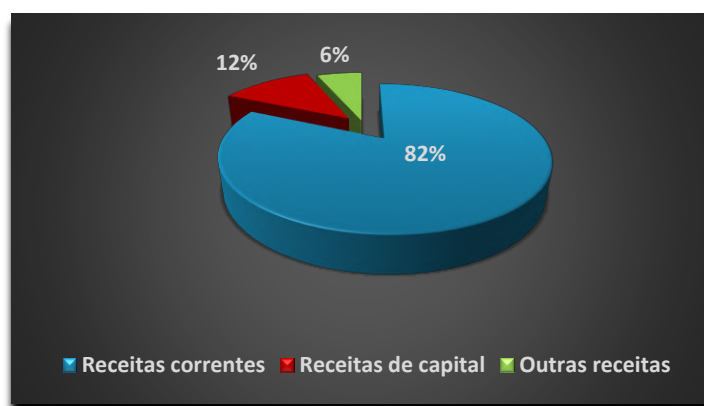
O quadro abaixo mostra a execução das receitas por natureza: as receitas correntes cobradas foram no montante de € 5.190.525,62, atingindo um grau de execução de 95,93%, as receitas de capital cobradas foram de € 791.031,21, correspondendo a um grau de execução de 64,33%. As outras receitas foram € 381.198,50, em que a sua quase totalidade respeita à inclusão do saldo da gerência anterior (€373.548,40).

Quadro 17 – Execução das receitas por natureza e grau de execução

Receitas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5.410.828,00 €	5.190.525,62 €	-220.302,38 €	95,93%
Capital	1.229.570,15 €	791.031,21 €	-438.538,94 €	64,33%
Outras	383.548,40 €	381.198,50 €	-2.349,90 €	99,39%
Total	7.023.946,55 €	6.362.755,33 €	-661.191,22 €	90,59%

O gráfico abaixo mostra a distribuição das receitas por natureza económica. As receitas correntes representam 82% do total das receitas, as receitas de capital representam 12%, a parcela mais pequena é para as outras receitas que representam apenas 6% do total, sendo que neste valor se engloba o saldo da gerência anterior.

Gráfico 13 – Peso das receitas correntes e de capital na receita total



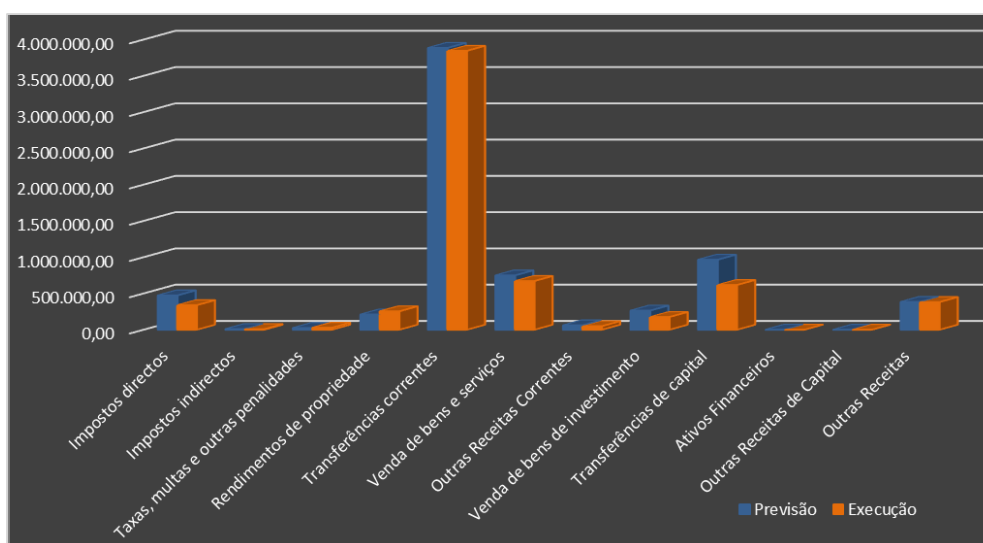


Efetuada de seguida uma análise por rubrica de receita verificamos que o maior peso da receita está nas Transferências (correntes e de capital) do Orçamento de Estado que atingem um peso de 70,10% no total da receita, facto este que não é novidade, uma vez que é apanágio dos municípios do interior, devido, essencialmente, à sua fraca capacidade em gerar receitas próprias, quer ao nível dos impostos diretos, quer ainda pelo fraco tecido empresarial.

Quadro 18 – Execução das receitas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na receita total%
Impostos directos	473.005,00	338.171,08	-134.833,92	71,49%	5,3%
Impostos indirectos	8.851,00	7.966,93	-884,07	90,01%	0,1%
Taxas, multas e outras penalidades	24.600,00	26.909,33	2.309,33	109,39%	0,4%
Rendimentos de propriedade	209.950,00	253.456,83	43.506,83	120,72%	4,0%
Transferências correntes	3.885.222,00	3.844.629,27	-40.592,73	98,96%	60,4%
Venda de bens e serviços	748.700,00	670.889,03	-77.810,97	89,61%	10,5%
Outras Receitas Correntes	60.500,00	48.503,15	-11.996,85	80,17%	0,8%
Total receitas correntes	5.410.828,00	5.190.525,62	-220.302,38	95,93%	81,6%
Venda de bens de investimento	263.485,15	174.745,72	-88.739,43	66,32%	2,7%
Transferências de capital	964.985,00	616.285,49	-348.699,51	63,86%	9,7%
Ativos Financeiros	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,0%
Outras receitas de capital	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,0%
Outras Receitas	383.548,40	381.198,50	-2.349,90	99,39%	6,0%
Total receitas de capital	1.613.118,55	1.172.229,71	-440.888,84	72,67%	18,4%
Total	7.023.946,55	6.362.755,33	-661.191,22	90,59%	100,0%

A representação do quadro anterior em termos gráficos permite uma melhor visualização da dependência das Transferências do Orçamento de Estado (70,10%). A Venda de Bens e Serviços representa apenas 10,5% do total da receita, a seguir aparecem os impostos diretos com um peso de 5,3%. A restante receita não tem expressão, sendo que os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades não chegam a pesar 1% das receitas.

Gráfico 14 – Comparação de previsão e da execução da receita



Como se pode observar no gráfico, os valores de previsão de receita são muito semelhantes aos valores de execução, sendo as transferências de capital a rubrica onde se verificou maior discrepância de dados, visto estar prevista receita de candidaturas no âmbito do Portugal 2020 que tardou em se efetivar.

Quadro 19 – Execução das receitas por natureza – comparação com o ano anterior

Receitas	2015	2016	Variação
Correntes	5.181.584,62 €	5.190.525,62 €	0,17%
Capital	942.643,31 €	791.031,21 €	-16,08%
Outras	188.822,10 €	381.198,50 €	101,88%
Total	6.313.050,03 €	6.362.755,33 €	0,79%

Quadro 20 – Evolução das receitas 2012 – 2016

RECEITAS	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Impostos diretos	584.836,33	428.307,64	-26,76	451.714,36	5,46	358.792,42	-20,57	338.171,08	-5,75
IMI	238.962,81	276.831,41	15,85	293.443,44	6,00	298.037,90	1,57	278.061,99	-6,70
IMT	287.851,01	84.429,18	-70,67	95.783,32	13,45	0,00	-100,00	0,00	#DIV/0!
Impostos s/ veículos/ IUC	49.813,12	62.590,42	25,65	56.249,39	-10,13	52.662,34	-6,38	53.802,28	2,16
Derrama	8.209,39	4.456,63	-45,71	6.238,21	39,98	8.092,18	29,72	6.306,81	-22,06
Impostos abolidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos indiretos	1.052,78	4.183,89	297,41	8.207,55	96,17	8.879,97	8,19	7.966,93	-10,28
Taxas, multas e outras penalidades	21.076,62	19.667,38	-6,69	22.257,18	13,17	28.080,62	26,16	26.909,33	-4,17
Rendimentos de propriedade	207.457,73	211.254,10	1,83	216.584,14	2,52	206.898,89	-4,47	253.456,83	22,50
Transferências correntes	2.865.690,06	2.889.216,64	0,82	3.779.532,57	30,82	3.869.562,87	2,38	3.844.629,27	-0,64
FEF corrente	2.500.151,00	2.500.151,00	0,00	3.358.222,00	34,32	3.503.621,00	4,33	3.544.966,00	1,18
Fundo Social Municipal	55.102,00	55.102,00	0,00	55.102,00	0,00	63.271,00	14,83	63.271,00	0,00
Participação fixa no IRS	67.584,00	67.584,00	0,00	36.593,00	-45,86	52.307,00	42,94	54.255,00	3,72
Outras	242.853,06	266.379,64	9,69	329.615,57	23,74	250.363,87	-24,04	182.137,27	-27,25
Venda de bens	195.657,51	185.036,75	-5,43	183.557,17	-0,80	212.404,53	15,72	224.454,93	5,67
Venda de serviços	229.842,68	221.376,28	-3,68	233.273,79	5,37	343.027,18	47,05	349.484,17	1,88
Rendas	77.852,08	96.033,80	23,35	94.143,43	-1,97	94.233,08	0,10	96.949,93	2,88
Outras receitas correntes	64.409,05	92.276,71	43,27	71.171,83	-22,87	59.705,06	-16,11	48.503,15	-18,76
Total das Receitas Correntes	4.247.874,84	4.147.353,19	-2,37	5.060.442,02	22,02	5.181.584,62	2,39	5.190.525,62	0,17
Venda de bens de investimento	6.017,20	16.860,38	180,20	25.107,63	48,91	52.838,20	110,45	174.745,72	230,72
Transferências de capital	3.154.386,21	1.579.211,12	-49,94	784.184,62	-50,34	889.217,11	13,39	616.285,49	-30,69
FEF capital	1.346.235,00	1.346.235,00	0,00	373.136,00	-72,28	389.291,00	4,33	393.885,00	1,18
Outras	1.808.151,21	232.976,12	-87,12	411.048,62	76,43	499.926,11	21,62	222.400,49	-55,51
Empréstimo de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos m/l prazo	0,00	2.016,00	100,00	1.008,00	-50,00	588,00	-41,67	0,00	-100,00
Outras receitas de capital	0,00	8.962,40	0,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital	3.160.403,41	1.607.049,90	-49,15	810.300,25	-49,58	942.643,31	16,33	791.031,21	-16,08
Outras	406.352,94	109.839,08	-72,97	525.617,73	378,53	188.822,10	-64,08	381.198,50	101,88
Total Geral	7.814.631,19	5.864.242,17	-24,96	6.396.360,00	9,07	6.313.050,03	-1,30	6.362.755,33	0,79



Ao analisarmos os dados do quadro anterior concluímos que a receita total, nos últimos cinco anos, tem registado oscilações, sendo que em 2012 regista um valor muito alto quando comparado com os anos seguintes. Em 2013 regista uma redução de 25%, aumenta ligeiramente em 2014 e mantém-se quase inalterada em 2015 e também em 2016. Tendo em conta que o valor das receitas correntes tem vindo a aumentar desde 2013, facilmente concluímos que a quebra no valor da receita se centra na receita de capital. Esta quebra está diretamente relacionada com o facto de o atual quadro comunitário Portugal 2020, iniciado em 2014, não tenha ainda visibilidade na disponibilização de fundos para investimento.

Nos **impostos diretos** registamos uma quebra de 5,75% relativamente a 2015, sendo também o valor mais baixo dos últimos cinco anos. O IMI regista uma quebra de quase 7% relativamente ao ano anterior, ano que se apurou o valor mais elevado dos últimos cinco. O município volta a não obter qualquer valor de receita de IMT, tal como em 2015. O imposto único de circulação regista um aumento muito ligeiro de 2%. A derrama regista uma redução de mais de 22% depois de em 2015 ter registado um aumento de 30%.

Os **impostos indiretos** registaram uma redução de 10% relativamente a 2015. O valor desta receita nas contas da autarquia não tem qualquer impacto considerando que não atinge € 8.000,00. Os impostos indiretos englobam as receitas que recaem, exclusivamente, sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Consideram-se igualmente as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes pagas por unidades empresariais.

Relativamente às **taxas, multas e outras penalidades** regista-se uma redução de 4%. No grupo das “Taxas” inclui-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei. No grupo das “Multas e outras penalidades” engloba-se as receitas provenientes da aplicação de multas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

No que respeita aos **rendimentos de propriedade**, o valor recebido tem-se mantido mais ou menos idêntico ao longo dos anos, pouco mais de € 200.000,00. Em 2016, o valor da receita foi de € 253.456,83. Este valor representa a renda paga pela EDP pela concessão da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e da rede de iluminação pública do município de Alter do Chão. A renda é paga trimestralmente e o valor é de cerca de € 50.000,00. Em 2016, o valor do último trimestre deu entrada ainda no mês de dezembro, situação que não se verificou nos anos anteriores, ou seja, o valor de dezembro só era registado em janeiro do ano seguinte. Desta forma, em 2016, foram registados cinco trimestres de renda, os quatro de 2016 e um de 2015, pelo que, em termos de receita efetivamente cobrada o valor parece representar um aumento de 22,5%.

As **transferências correntes** registaram uma ligeira redução (-0,64%) em relação ao ano anterior. Verifica-se um aumento de 1% do Fundo de Equilíbrio Financeiro, bem como um aumento de 3,72% da participação no IRS, ainda que, relativamente a este último, o município tenha aprovado a devolução de metade do valor da receita passível de arrecadação aos respetivos municípios. O valor do Fundo Social



Municipal manteve-se inalterado. As Outras Receitas enquadradas nas transferências correntes registaram uma quebra de 27,25% relativamente ao ano anterior e dizem respeito, na sua maioria, à comparticipação do IEFP em contratos de emprego inserção (beneficiários do subsídio de desemprego, beneficiários do rendimento social de inserção), tendo em conta que a grande maioria dos programas agora aprovados não têm comparticipação do IEFP.

A receita da **venda de bens** regista um aumento de 5,67% sendo que a maior receita aqui registada é a venda de água aos munícipes e representa € 216.463,12 do total da receita de € 224.454,93. Salienta-se ainda que este é o valor mais alto dos últimos cinco anos. Em 2016 foi dada continuidade ao trabalho iniciado em 2015, no sentido de se seguir novamente as orientações da ERSAR, nomeadamente a preconizada na recomendação tarifária n.º 1/2009. Recomendação esta que determina que as prestações a fixar pelos municípios relativas aos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão dos resíduos urbanos garantam a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços.

Também na **venda de serviços** registamos um aumento da receita, 1,88%. Para este aumento contribuiu o aumento dos preços ao nível do saneamento e recolha de resíduos sólidos, também aqui por força das orientações da ERSAR mencionadas no parágrafo anterior. O valor cobrado pelo serviço de saneamento e recolha de resíduos representou € 325.586,93 do total de € 349.484,17 cobrados nesta rubrica. Inclui-se também nesta rubrica a receita cobrada nos museus e recintos desportivos do município.

No que respeita à **receita das rendas**, quer das habitações, quer das lojas ou ainda dos recintos que se encontram concessionados, regista-se um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior, 2,88%, o qual representou uma taxa de execução em relação ao previsto em orçamento de 97,92%.

As **outras receitas correntes** registaram uma quebra de 18,76% relativamente a 2015. A quase totalidade desta receita tem origem na chamada quota de disponibilidade incluída na fatura da água apresentada aos munícipes, no entanto, a partir do mês novembro este valor passou a ser cobrado pela classificação de venda de água, uma vez que se trata de uma tarifa fixa e já não a quota de disponibilidade, daí a redução desta receita nesta classificação.

Na **venda de bens de investimento** verificou-se um acréscimo de 230,72% relativamente a 2015, atingindo um valor de € 174.745,72. Este valor reflete a venda de habitações e lojas e ainda a venda da barragem do Zambujo. A barragem foi vendida por € 221.000,00, mas apenas 50% do valor foi pago em 2016, a restante verba será paga em cinco prestações anuais. Relativamente às casas foram vendidas quatro casas de habitação social, uma no bairro do IRHU na Chança, uma no bairro do IRHU na Cunheira e duas no bairro do IRHU em Alter e três lojas em Alter do Chão. Das habitações vendidas apenas uma foi a pronto pagamento, a qual representou uma receita de € 31.987,92, todas as outras foram vendidas em prestações representando uma receita pouco significativa para o município. Foi também vendido o Lote H16 da Tapada da Margalha e do Poço em Seda, por € 1.909,64.

No âmbito das **transferências de capital** registamos um aumento de 1,18% no Fundo de Equilíbrio Municipal de capital.

Nas **outras transferências de capital** a redução verificada relativamente a 2015 foi de 55,51%. Esta receita refere-se ao cofinanciamento dos projetos apresentados no âmbito do QREN e do Portugal 2020. A verba inscrita na dotação corresponde aos valores a receber à data de elaboração do orçamento e é superior ao valor recebido, uma vez que o quadro comunitário em curso – Portugal 2020 - ainda não está a funcionar em pleno.

Nos **empréstimos de médio/longo prazo** regista-se uma redução de 100%. Até 2015 refletia-se aqui o pagamento mensal referente ao empréstimo concedido no âmbito do FAME por parte do único candidato que apresentou candidatura enquadrável neste tipo de apoio. Este apoio/empréstimo ficou totalmente amortizado em 2015.

5.4 – Execução orçamental da despesa

A Despesa Total efetuada foi de € 5.751.394,68, representando uma execução do orçamento de despesa de 81,88%.

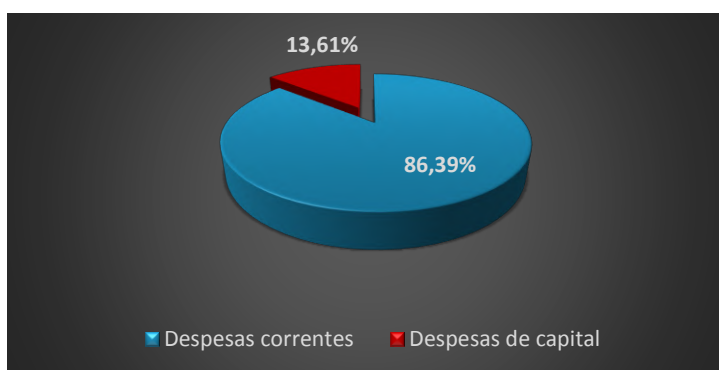
O quadro abaixo mostra a execução das despesas por natureza: as despesas correntes efetuadas foram no valor de € 4.968.815,13, representando um grau de execução de 87,28%, as despesas de capital foram de € 782.579,55, atingindo um grau de execução de 58,78%.

Quadro 21 – Execução das despesas por natureza e grau de execução

Despesas	Orçado	Executado	Diferença	Grau de Execução
Correntes	5.692.636,56 €	4.968.815,13 €	-723.821,43 €	87,28%
Capital	1.331.309,99 €	782.579,55 €	-548.730,44 €	58,78%
Total	7.023.946,55 €	5.751.394,68 €	-1.272.551,87 €	81,88%

O gráfico seguinte permite uma melhor visualização da distribuição das despesas por natureza económica. As despesas correntes representam 80% do total das despesas, as despesas de capital representam apenas 20%.

Gráfico 15 – Peso das despesas correntes e de capital na despesa total

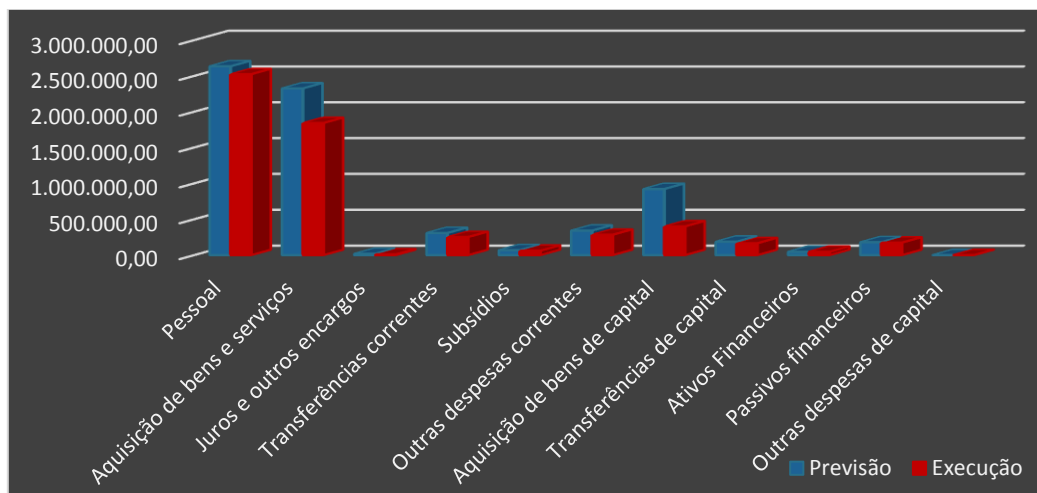




Da análise do quadro 22 constatamos que as despesas com pessoal assumem o maior peso na despesa total, representando 43%. A seguir está a aquisição de bens e serviços com 32%, aparecendo em seguida a aquisição de bens de capital com 7%. As restantes rubricas da despesa têm pouco significado em termos de peso na despesa total, não querendo com isto dizer que em termos de valor efetivo o mesmo não represente valor a considerar.

Quadro 22 – Execução das despesas correntes e de capital

	Previsão	Execução	Diferença	Grau execução %	Peso na despesa total %
Pessoal	2.634.055,00	2.523.457,31	-110.597,69	95,80%	43,88%
Aquisição de bens e serviços	2.324.825,00	1.841.510,24	-483.314,76	79,21%	32,02%
Juros e outros encargos	17.500,00	9.178,93	-8.321,07	52,45%	0,16%
Transferências correntes	307.720,00	251.142,78	-56.577,22	81,61%	4,37%
Subsídios	68.000,00	60.335,30	-7.664,70	88,73%	1,05%
Outras despesas correntes	340.536,56	283.190,57	-57.345,99	83,16%	4,92%
Total despesas correntes	5.692.636,56	4.968.815,13	-723.821,43	87,28%	86,39%
Aquisição de bens de capital	920.648,83	399.329,32	-521.319,51	43,37%	6,94%
Transferências de capital	186.011,16	164.428,79	-21.582,37	88,40%	2,86%
Ativos financeiros	45.500,00	45.473,00	-27,00	99,94%	0,79%
Passivos financeiros	179.150,00	173.348,44	-5.801,56	96,76%	3,01%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00%
Total despesas de capital	1.331.309,99	782.579,55	-548.730,44	58,78%	13,61%
Total	7.023.946,55	5.751.394,68	-1.272.551,87	81,88%	100,00%

Gráfico 16 – Comparação de previsão e da execução da despesa

Pela observação do gráfico acima confirmamos o já mencionado relativamente à componente da despesa com maior valor, Pessoal. Conseguimos ter uma maior perceção de que o valor previsto em orçamento em cada componente é muito realista uma vez que é praticamente igual ao valor executado, ficando fora desta observação a aquisição de bens e serviços (correntes) e a aquisição de bens de capital, onde, efetivamente, a previsão ficou bastante acima do executado, € 483.314,76 e € 521.319,51, respetivamente.

**Quadro 23 – Execução das despesas por natureza – comparação com o ano anterior**

Despesas	2015	2016	Varição
Correntes	4.760.140,15 €	4.968.815,13 €	4,38%
Capital	1.179.361,48 €	782.579,55 €	-33,64%
Total	5.939.501,63 €	5.751.394,68 €	-3,17%

Quadro 24 – Evolução das despesas 2012 – 2016

DESPESAS	2012	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Pessoal	2.423.233,12	2.620.395,50	8,14	2.645.501,77	0,96	2.556.935,11	-3,35	2.523.457,31	-1,31
Aquisição de Bens	366.143,45	345.933,65	-5,52	673.072,04	94,57	685.164,35	1,80	634.045,03	-7,46
Aquisição de serviços	939.532,49	806.741,46	-14,13	969.113,04	20,13	1.049.564,13	8,30	1.207.465,21	15,04
Encargos financeiros (juros)	31.623,87	20.395,46	-35,51	24.084,54	18,09	19.375,90	-19,55	9.178,93	-52,63
Transferências correntes	245.650,18	241.753,25	-1,59	373.122,42	54,34	278.400,89	-25,39	251.142,78	-9,79
Transferências p/ freguesias	3.296,12	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. p/ Instituições sem fins lucrativos	228.690,75	187.860,39	-17,85	175.424,31	-6,62	224.184,74	27,80	207.202,48	-7,58
Outras	13.663,31	53.892,86	294,43	197.698,11	266,84	54.216,15	-72,58	43.940,30	-18,95
Subsídios	49.841,56	78.047,16	56,59	103.878,12	33,10	70.505,84	-32,13	60.335,30	-14,43
Outras despesas correntes	72.484,22	55.229,64	-23,80	66.280,74	20,01	100.193,93	51,17	283.190,57	182,64
Total das despesas correntes	4.128.508,89	4.168.496,12	0,97	4.855.052,67	16,47	4.760.140,15	-1,95	4.968.815,13	4,38
Investimentos	3.017.415,15	708.921,71	-76,51	780.754,33	10,13	786.960,79	0,79	323.620,16	-58,88
Terrenos	871,47	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitacões	102.848,59	35.229,48	-65,75	20.975,07	-40,46	38.922,05	85,56	167,40	-99,57
Outros edifícios	1.915.879,11	251.552,99	-86,87	113.274,99	-54,97	24.843,27	-78,07	18.868,58	-24,05
Construções diversas	626.182,35	236.135,09	-62,29	446.957,04	89,28	545.607,45	22,07	168.600,94	-69,10
Material de transporte	30.561,89	65.588,49	114,61	59.945,37	-8,60	57.045,98	-4,84	66.964,18	17,39
Maquinaria e equipamento	97.638,36	116.838,70	19,66	136.445,26	16,78	108.917,78	-20,17	58.768,32	-46,04
Outros	243.433,38	3.576,96	-98,53	3.156,60	-11,75	11.624,26	268,25	10.250,74	-11,82
Locação Financeira	39.626,26	87.842,23	121,68	91.513,19	4,18	85.422,58	-6,66	75.709,16	-11,37
Transferências de capital	220.875,26	341.498,01	54,61	320.507,61	-6,15	83.327,23	-74,00	164.428,79	97,33
Transferências p/ freguesias	85.000,00	80.000,00	-5,88	45.000,00	-43,75	30.000,00	-33,33	30.000,00	0,00
Transf. p/ Instituições sem fins lucrativos	95.765,89	144.191,49	50,57	264.042,14	83,12	30.512,76	-88,44	132.917,63	335,61
Outras	40.109,37	117.306,52	192,47	11.465,47	-90,23	22.814,47	98,98	1.511,16	-93,38
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.473,00	100,00	45.473,00	0,00
Passivos financeiros	185.729,36	169.532,53	-8,72	171.445,20	1,13	173.831,68	1,39	173.348,44	-0,28
Amortizações de empréstimos	185.729,36	169.532,53	-8,72	171.445,20	1,13	173.831,68	1,39	173.348,44	-0,28
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.346,20	100,00	0,00	-100,00
Total das despesas de capital	3.463.646,03	1.307.794,48	-62,24	1.364.220,33	4,31	1.179.361,48	-13,55	782.579,55	-33,64
Total Geral	7.592.154,92	5.476.290,60	-27,87	6.219.273,00	13,57	5.939.501,63	-4,50	5.751.394,68	-3,17

Ao analisarmos os dados do quadro anterior verificamos que, tal como acontece com os valores da receita, também na despesa total a evolução tem registado oscilações, verificando-se um decréscimo de 3,17% de 2015 para 2016.

Nas **despesas com pessoal** registou-se uma pequena redução de 1,31%, que ficou a dever-se, por um lado, à saída de um técnico superior e quatro assistentes operacionais (três por aposentação e um por



falecimento) e, por outro lado, à entrada de dois assistentes operacionais (um cozeiro e um saporador florestal).

No que respeita à **aquisição de bens**, o valor é um pouco inferior ao de 2015, no entanto, devemos ter em conta que nesta componente da despesa é registada a compra de água em alta e, que esse valor foi, em 2016, € 282.848,60, representando 44,7% do total da despesa da aquisição de bens. Esta situação fica a dever-se ao facto de a partir de março de 2015 se ter começado a pagar as prestações constantes do acordo celebrado com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (agora Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.). Dentro da aquisição de bens a outra despesa de maior valor é a aquisição de gasóleo, € 100.218,66.

Na **aquisição de serviços**, pelo contrário regista-se um aumento de 15% relativamente a 2015. Nesta rubrica da despesa são registados os encargos das instalações, que dizem respeito à iluminação pública e à energia elétrica e que totalizou € 308.370,28 em 2016, são também registados os gastos com a recolha de resíduos sólidos que perfizeram o valor de € 77.860,40 e o pagamento pelo serviço de saneamento no montante de €188.550,82. Estes três valores representam 47,7% do total gasto em aquisição de serviços.

Enquadrado na aquisição de serviços, a outra rubrica de maior valor foi “Outros trabalhos especializados” com um gasto de € 173.630,28. Estão aqui em causa, entre outras, as atuações musicais dos eventos desenvolvidos pela autarquia, a prestação de serviços na área da engenharia eletrotécnica, o professor de educação física, a atuação da firma Vivarte no festival romano e a prestação de serviços de deteção de fugas na rede de abastecimento de água pela firma EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A..

Na rubrica **encargos financeiros** registámos o valor mais baixo dos últimos cinco anos, € 9.178,93, que representa uma redução de 52,63% relativamente a 2015. A verba respeitante a empréstimos de médio e longo prazos foi apenas de € 2.714,83, o que pode ser explicado por duas razões, uma, a descida da taxa de juro dos empréstimos e outra, o facto de seis dos catorze empréstimos do município ficarem totalmente amortizados em 2016, pelo que, o valor em dívida era já muito reduzido, bem como os juros que lhe estavam associados. Foram pagos € 6.464,10 de juros relativos aos equipamentos adquiridos através de locação financeira já mencionados.

A verba transferida para **instituições sem fins lucrativos** diminuiu 7,58% relativamente ao ano anterior. Do valor total, 39,6% corresponde aos pagamentos efetuados à ADI-TC no âmbito dos protocolos do Alter +, Educar + e Apoiar +, programas estes que têm o seu término em janeiro de 2017. Engloba-se aqui também o valor transferido para a Associação Humanitária de Bombeiros de Alter do Chão no âmbito do protocolo da Linha Azul, no montante de € 40.000,00. O quadro seguinte mostra quais as verbas transferidas para cada instituição.

**Quadro 25 – Verba transferida por cada Instituição**

Designação	Valor
Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável	81.953,78
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão	40.000,00
Banda Municipal Alterense	16.000,00
Associação Desportiva de Alter	9.600,00
Grupo Alterense de Cultura	6.000,00
Coral Polifónico de Alter	7.000,00
Rancho Folclórico "As Ceifeiras" de Alter do Chão	7.000,00
Grupo de Forcados Amadores de Alter do Chão	12.439,34
Alter Real BTT	4.392,65
Universidade Sénior	5.000,00
Associação Amigos da Revista e do Fado	4.000,00
Associação de Trabalhadores da Câmara Municipal de Alter do Chão	2.999,51
Associação do Cão da Serra de Aires	2.000,00
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	2.000,00
Associação Percurso Futuro	2.000,00
Agrupamento de Escolas de Alter do Chão	317,20
Confraria do Senhor Jesus do Outeiro	750,00
Grupo de Humanização do Hospital Dr. José Maria Grande	450,00
Comité Português para a UNICEF	300,00
Grupo Recreativo e Olímpico da Cunheira	2.500,00
Banco Alimentar Contra a Fome	500,00
Total	207.202,48

Nas **outras transferências correntes**, com um total de despesa de € 43.940,30, representa uma redução de 18,95% em relação ao ano anterior, encontramos aqui registados os valores pagos aos estudantes universitários que se candidataram a bolsa de estudo no ano letivo 2015/2016, no montante de € 24.871,25 e ainda, € 8.466,75 relativo ao ano letivo 2016/2017. Estão registados os valores pagos no âmbito dos auxílios económicos aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, no montante de € 1.928,14. Por último, o restante valor, € 8.674,16, diz respeito à comparticipação do Município em várias candidaturas promovidas pela CIMAA, como por exemplo os Jogos do Norte Alentejano, o Circuito de BTT, comparticipação nacional no PAMUSAA, a prestação de serviços de Apoio ao Desenvolvimento da Intervenção Territorial do Alto Alentejo 2014-2020, a prestação de serviços para Desenvolvimento do Plano de Ação de Suporte à Intervenção Territorial Integrada do Alto Alentejo e a candidatura SAMAA, conforme quadro 10 da página 20.

Na rubrica denominada **subsídios** são registadas dois tipos de despesas: a que corresponde ao apoio às despesas de saúde dos idosos e o subsídio pago no âmbito dos programas de emprego e inserção do IIEFP. Assim, a redução de 14% registada ficou a dever-se à redução do número de indivíduos a trabalhar na autarquia ao abrigo daqueles programas, tendo sido pago o valor de € 45.808,91 contra os € 56.181,89 de 2015.



As **outras despesas correntes** registaram um aumento de 182,64%. São aqui registadas despesas como o IVA, € 6.534,17, o qual registou uma redução em relação a 2015 de 32%, os serviços bancários, € 7.889,64, que registaram uma redução de 31,57% relativamente ao ano anterior, quotizações no montante de €30.100,85, os juros relativos ao pagamento do acordo com as Águas do Norte Alentejano, S.A. (atualmente Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.), € 230.299,35, tendo sido esta a despesa que justifica o grande aumento desta rubrica. O restante valor respeita a custas judiciais, certificados energéticos, taxas de registos na Conservatória de registo predial.

Nas rubricas de investimento regista-se uma redução de despesa em praticamente todas elas.

Ao nível da despesa em **habitações** registou-se uma redução de 99,57%, tendo sido gasto o valor € 167,40. Nesta rubrica enquadra-se a aquisição e obras em habitações.

Em **outros edifícios** registou-se uma redução da despesa em 24%. A verba maior incluída nesta despesa é referente às obras de ampliação do parque de máquinas, € 15.384,58, a restante verba foi a valor pago pela pintura da piscina municipal coberta.

A rubrica **construções diversas** regista a maior redução das rubricas de investimento, 69%, apresentando o valor mais baixo dos últimos cinco anos, € 168.600,94. Deste valor € 62.467,52 respeita à verba gasta em aquisição de serviços para elaboração de projetos, como o da elaboração do PARU, PAICD, ARU de Alter Pedroso e ORU de Alter do Chão e de Alter Pedroso, o do Projeto de Execução da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina, o do Projeto de Reconversão do Edifício da Antiga Escola de Alter Pedroso e Largo J. Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso e o Projeto para Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago em Alter Pedroso.

Material de transporte é a rubrica de investimento que regista um aumento relativamente ao ano anterior, 17%. Os três valores mais elevados incluídos nesta despesa são € 20.000,00 gastos na aquisição de uma viatura de caixa aberta, € 11.000 gastos na aquisição de uma viatura para transporte de pessoal e € 24.600,00, gastos na aquisição de um semirreboque porta máquinas. A restante verba reporta-se à manutenção de veículos.

Na classificação de **maquinaria e equipamento** registou-se uma redução de 46%. Inclui-se aqui despesa em material informático e software que no ano 2016 atingiu € 16.352,54, equipamento administrativo e equipamento básico.

Na rubrica denominada **outros investimentos** registou-se uma redução de 11,82%. Enquadra-se despesa como por exemplo o sistema dissuasor de aves € 2.536,35, uma máquina fotográfica, um plasma para o Mupi do museu da Casa do Álamo € 1.059,03.

Na **locação financeira** o valor é inferior ao de 2015 em 11%, corresponde ao pagamento do camião de recolha de resíduos € 34.744,61 e do autocarro € 40.964,55.



No que respeita às **transferências para as freguesias**, o valor foi idêntico ao do ano anterior, € 30.000,00, As freguesias abrangidas foram apenas as rurais, uma vez que a Junta de Freguesia de Alter do Chão não solicitou apoio, também não houve lugar a outros apoios às freguesias, ao abrigo de outros protocolos.

As **transferências para instituições sem fins lucrativos** registou um aumento bastante acentuado em relação a 2015, 335,61%, correspondendo a € 132.917,63. Para a Associação Humanitária de Bombeiros de Alter do Chão transferiu-se € 62.917,63 a título de apoio financeiro para aquisição de viatura de combate a incêndios (€13.187,63), conforme deliberação de 1 de abril de 2016 e um subsídio extraordinário para aquisição de uma ambulância (€ 49.730,00), conforme deliberação de 21 de novembro de 2016. Para os quatro lares do concelho € 70.000,00 conforme descrito nas páginas 22 e 23.

Nas **outras transferências de capital** contabiliza-se as verbas pagas pela comparticipação do município nas candidaturas promovidas pela AREANATEjo, conforme quadro 11 constante na página 20.

Os **ativos financeiros** no valor de € 45.473,00 respeitam ao valor que o Município tem que entregar ao Estado, por ano, durante sete anos, no âmbito do FAM. O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho).

Na **amortização de empréstimos** o valor é, praticamente, idêntico ao do ano anterior, € 173.348,44.

5.5 – Saldo para a gerência seguinte

Quadro 26 – Fluxos de caixa

Recebimentos		
Saldo da gerência anterior		547.576,97
Execução orçamental	373.548,40	
Operações de tesouraria	174.028,57	
Total das receitas orçamentais		5.989.206,93
Receitas correntes	5.190.525,62	
Receitas de capital	791.031,21	
Outras receitas	7.650,10	
Operações de tesouraria		500.047,47
Total		7.036.831,37

Pagamentos		
Total das despesa orçamentais		5.751.394,68
Despesas correntes	4.968.815,13	
Despesas de capital	782.579,55	
Operações de tesouraria		501.260,09
Saldo para a gerência seguinte		784.176,60
Execução orçamental	611.360,65	
Operações de tesouraria	172.815,95	
Total		7.036.831,37

O quadro anterior mostra-nos o valor que transitou de 2015 para 2016, € 547.576,97, separado por execução orçamental e operações de tesouraria, estas últimas correspondem a valores recebidos ou retidos para entregar a terceiros, nomeadamente, ao Estado.

Depois os valores recebidos no decorrer de 2016 constantes no mapa de controlo orçamental da receita.

Por outro lado apresenta os pagamentos divididos em despesas correntes e de capital, conforme mapa de controlo orçamental da despesa, bem como as operações de tesouraria.

Por fim, é apresentado o saldo para a gerência seguinte, no valor de € 784.176,60, conforme consta na conta de disponibilidades do balanço.



5.6 – Indicadores de gestão

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Quadro 27 – Indicadores de gestão (Receita)

Indicadores de Gestão	2013		2014		2015		2016	
1 <u>Receita Própria</u>	1.285.975,33	21,9%	1.307.025,08	20,4%	1.365.447,95	21,6%	1.520.642,07	23,9%
Receita Total	5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03		6.362.755,33	
2 <u>Impostos Diretos</u>	428.307,64	7,3%	451.714,36	7,1%	358.792,42	5,7%	338.171,08	5,3%
Receita Total	5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03		6.362.755,33	
3 <u>Vendas de Bens e Serviços</u>	502.446,83	8,6%	510.974,39	8,0%	649.664,79	10,3%	670.889,03	10,5%
Receita Total	5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03		6.362.755,33	
4 <u>FEF</u>	3.846.386,00	65,6%	3.731.358,00	58,3%	4.008.490,00	63,5%	4.056.377,00	63,8%
Receita Total	5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03		6.362.755,33	
5 <u>Fundos Comunitários</u>	232.976,12	4,0%	344.316,73	5,4%	499.926,11	7,9%	222.400,49	3,5%
Receita Total	5.864.242,17		6.396.360,00		6.313.050,03		6.362.755,33	
6 <u>Pessoal</u>	2.620.395,50	104,8%	2.645.501,77	78,8%	2.556.935,11	70,6%	2.523.457,31	68,9%
FEF Corrente	2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00		3.662.492,00	
7 <u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	1.152.675,11	46,1%	1.638.644,57	48,8%	1.731.014,54	47,8%	1.838.311,01	50,2%
FEF Corrente	2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00		3.662.492,00	
8 <u>Transferências para as Freguesias</u>	80.000,00	3,2%	45.000,00	1,3%	30.000,00	0,8%	30.000,00	0,8%
FEF Corrente	2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00		3.662.492,00	
9 <u>Juros +Amortizações</u>	189.927,99	7,6%	195.529,74	5,8%	193.207,58	5,3%	182.527,37	5,0%
FEF Corrente	2.500.151,00		3.358.222,00		3.619.199,00		3.662.492,00	
10 <u>Investimentos</u>	708.921,71	52,7%	780.754,33	209,2%	786.960,79	202,2%	323.620,16	82,2%
FEF Capital	1.346.235,00		373.136,00		389.291,00		393.885,00	

Pela observação do quadro verificamos que o peso dos **impostos diretos** na receita total reduziu, o que ficou a dever-se à inexistência de receita de IMT e redução da receita de IMI, uma vez que a Receita Total se manteve praticamente inalterada.

A receita de **venda de bens e serviços** aumentou o peso na receita total, o que pode ser explicado pela alteração dos tarifários de água, saneamento e recolha de resíduos, que trouxeram, efetivamente, uma maior receita ao município.

O valor recebido por parte dos **fundos comunitários** foi muito inferior ao recebido em 2015 em cerca de € 277.525,62. Existindo também um ligeiro aumento da receita total, o peso da receita das candidaturas é consideravelmente inferior ao do ano anterior.

As **despesas com pessoal** registam uma redução do peso no FEF corrente, por um lado, porque as despesas com pessoal diminuíram em € 33.477,80 e, por outro lado, o FEF corrente aumentou em €43.293,00. O valor do FEF corrente é mais do que suficiente para pagar as despesas com pessoal. Nos últimos quatro anos esta é a melhor situação em termos do peso das despesas com pessoal.



A despesa em **aquisição de bens e serviços** aumentou cerca de € 107.296,47, como o valor do FEF corrente também aumentou, mas apenas € 43.293,00, o rácio regista um aumento.

Quadro 28 – Indicadores de gestão (Despesa)

Indicadores de Gestão	2013		2014		2015		2016	
1 <u>Receita Total</u>	5.864.242,17	107,1%	6.396.360,00	102,8%	6.313.050,03	106,3%	6.362.755,33	110,6%
Despesa Total	5.476.290,60		6.219.273,00		5.939.501,63		5.751.394,68	
2 <u>Pessoal</u>	2.620.395,50	47,8%	2.645.501,77	42,5%	2.556.935,11	43,0%	2.523.457,31	43,9%
Despesa Total	5.476.290,60		6.219.273,00		5.939.501,63		5.751.394,68	
3 <u>Remunerações Certas e Permanentes</u>	2.019.089,82	36,9%	1.964.001,35	31,6%	1.937.101,34	32,6%	1.899.882,57	33,0%
Despesa Total	5.476.290,60		6.219.273,00		5.939.501,63		5.751.394,68	
4 <u>Aquisição de Bens e Serviços</u>	1.152.675,11	21,0%	1.638.644,57	26,3%	1.731.014,54	29,1%	1.838.311,01	32,0%
Despesa Total	5.476.290,60		6.219.273,00		5.939.501,63		5.751.394,68	
5 <u>Transferências para as Freguesias</u>	80.000,00	1,5%	45.000,00	0,7%	30.000,00	0,5%	30.000,00	0,5%
Despesa Total	5.476.290,60		6.219.273,00		5.939.501,63		5.751.394,68	
6 <u>Investimento</u>	708.921,71	52,7%	780.754,33	209,2%	786.960,79	202,2%	323.620,16	82,2%
FEF Capital	1.346.235,00		373.136,00		389.291,00		393.885,00	
7 <u>Fundos Comunitários</u>	232.976,12	32,9%	344.316,73	44,1%	499.926,11	63,5%	222.400,49	68,7%
Investimento	708.921,71		780.754,33		786.960,79		323.620,16	
8 <u>Receita Própria</u>	1.285.975,33	106,5%	1.307.025,08	76,7%	1.365.447,95	74,6%	1.520.642,07	71,7%
Despesas de Funcionamento	1.207.904,75		1.704.925,31		1.831.208,47		2.121.501,58	

O indicador que nos mostra a cobertura das despesas pelas receitas totais regista um aumento de 4,3% relativamente a 2015, ou seja, uma maior cobertura das despesas pelas receitas cobradas.

No que respeita ao peso das **despesas com pessoal** na despesa total observamos um ligeiro aumento de 0,9% o que fica a dever-se à diminuição da despesa total.

O peso das **remunerações certas e permanentes** na despesa total aumentou 0,4%, não por força de aumento de remunerações, uma vez que estas registam uma diminuição de € 37.218,77, mas por força da redução da despesa total em € 188.106,95.

A **aquisição de bens e serviços**, tem vindo a aumentar nos últimos anos, volta a aumentar em 2016. Este registo está diretamente relacionado com o pagamento de faturas de fornecimento de água e saneamento.

O **investimento** feito pelo Município registou uma quebra acentuada, tendo sido apurado um valor inferior ao próprio FEF de capital, ou seja, os fundos recebidos através das transferências do Estado foram mais do que suficientes para englobar o valor do investimento.

O valor dos **fundos comunitários** representa 68,7% do total do investimento. O valor de receita dos fundos diminuiu consideravelmente, € 277.525,62. O investimento diminuiu € 463.340,63.

No último indicador verifica-se que a **Receita Própria** do Município não é suficiente para cobrir as despesas de funcionamento devido ao aumento destas últimas. As despesas de funcionamento são as despesas que o Município tem de suportar com a sua estrutura fixa, não incluindo a despesa com pessoal.

6 – Investimento

6.1 – Estrutura do investimento

Quadro 29 – Distribuição do Investimento por rubrica

	Valor	%
Habituação - Reparação e beneficiação	167,40 €	0,05%
Edifícios - Instalações de serviços	5.904,06 €	1,82%
Edifícios - Instalações desportivas e recreativas	3.484,00 €	1,08%
Escolas	9.480,52 €	2,93%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	51.640,16 €	15,96%
Iluminação pública	1.934,03 €	0,60%
Captação e distribuição de água	37.698,90 €	11,65%
Viação rural	12.164,81 €	3,76%
Sinalização e trânsito	811,16 €	0,25%
Infraestruturas para distribuição energia elétrica	1.884,36 €	0,58%
Outras construções	62.467,52 €	19,30%
Material de transporte	66.964,18 €	20,69%
Equipamento informático	12.662,54 €	3,91%
Software	3.690,00 €	1,14%
Equipamento administrativo	19.443,41 €	6,01%
Equipamento de recolha de resíduos	3.318,26 €	1,03%
Outro equipamento básico	19.241,84 €	5,95%
Ferramentas e utensílios	412,27 €	0,13%
Outros investimentos	10.250,74 €	3,17%
Investimento Total	323.620,16 €	100%

A rubrica de investimento com maior valor é a de **Material de Transporte**, € 66.964,52, com 20,69% do valor total do investimento. Os três valores mais elevados incluídos nesta despesa são € 20.000,00 gastos na aquisição de uma viatura de caixa aberta, € 11.000 gastos na aquisição de uma viatura para transporte de pessoal e € 24.600,00, gastos na aquisição de um semirreboque porta máquinas. A restante verba reporta-se à manutenção de veículos, como mencionado atrás na página 42 deste relatório.

A seguir aparece **Outras Construções** com € 62.467,52, correspondendo a 19,3% do investimento. Este valor respeita à verba gasta em aquisição de serviços para elaboração de projetos, como o da elaboração do PARU, PAICD, ARU de Alter Pedroso e ORU de Alter do Chão e de Alter Pedroso, o do Projeto de Execução da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina, o do Projeto de Reconversão do Edifício da Antiga Escola de Alter Pedroso e Largo João Lopes Namorado e Largo das Escolas em Alter Pedroso e o Projeto para Requalificação do Percurso Urbano Histórico e Caminho de Santiago em Alter Pedroso (já mencionado na página 42).

Aparece depois o projeto “**Viadutos, arruamentos e obras complementares**” com € 51.640,16 e um peso de 15,96% no investimento, onde se enquadra a despesa referente à empreitada de Reparação de Depressões nos Diversos Arruamentos de Alter do Chão, no valor de € 21.086,05, e à empreitada de

Beneficiação do Arruamento da Azinhaga das Feiticeiras em Alter do Chão, com o valor pago de € 26.782,93.

A rubrica de **investimento** que aparece a seguir nesta ordem decrescente de valor é **Captação e Distribuição de Água** com € 37.698,90, à qual corresponde um peso de 11,65%. Esta despesa tem origem em duas empreitadas. Uma é a de Delimitação dos Perímetros de Proteção das Captações de Água Subterrânea, adjudicada por € 28.131,23, tendo sido pago em 2016 o valor de € 8.538,30. A outra empreitada em causa é a Abertura e Reposição de Pavimentos em Diversos Arruamentos do Aglomerado de Alter do Chão, a decorrer em simultâneo com a prestação de serviços de deteção de fugas de água. A obra foi adjudicada pelo montante de € 29.160,60, tendo sido pago na totalidade em 2016.

O gráfico seguinte permite uma visualização diferente do quadro 29 e do que atrás fica escrito.

Gráfico 17 – Investimento por rubrica



6.2 – Evolução do investimento

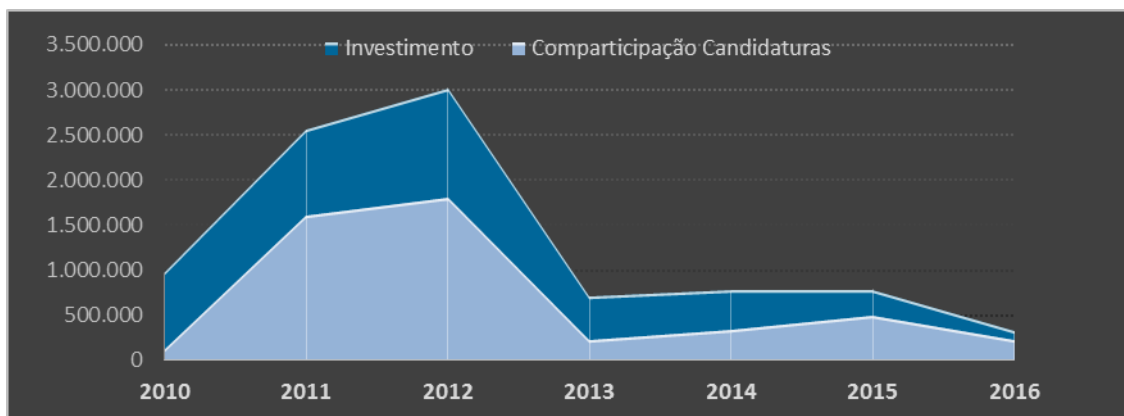
Quadro 30 – Investimento bruto e investimento líquido

Ano	Investimento Bruto	Investimento Líquido	Investimento Líquido/ Investimento Bruto
2009	1.290.442,06	424.295,80	32,88
2010	973.264,41	947.202,01	97,32
%	-24,58	123,24	---
2011	2.555.444,89	793.905,76	31,07
%	162,56	-16,18	---
2012	3.017.415,15	1.209.263,94	40,08
%	18,08	52,32	---
2013	708.921,71	475.945,59	67,14
%	-76,51	-60,64	---
2014	780.754,33	436.437,60	55,90
%	10,13	-8,30	---
2015	786.960,79	287.034,68	36,47
%	0,79	-34,23	---
2016	323.620,16	101.219,67	31,28
%	-58,88	-64,74	---

Nota: Investimento Líquido = Investimento bruto – Empréstimos - Fundos Comunitários ou nacionais.

A partir do quadro anterior verificamos que o investimento regista grandes oscilações muito em função das verbas dos quadros comunitários. Assim, 2013 foi o último ano do QREN e o valor dos fundos comunitários foi apenas de € 232.900, 2014 foi o primeiro ano do Portugal 2020, mas as verbas recebidas (€ 344.000) ainda diziam respeito ao QREN, pois não houve candidaturas ao novo quadro comunitário. Em 2015 continuou a ser um ano de preparação do quadro comunitário com muito pouco investimento e as verbas recebidas ainda eram referentes a candidaturas do quadro anterior. A situação repete-se em 2016, o quadro comunitário continua muito incipiente, tendo sido recebida a comparticipação de uma candidatura do Portugal 2020, “Festival Romano – III LVDI ABELTERIENSIS”, € 48.306,74.

Gráfico 18 – Evolução do Investimento Bruto





7 – Apoios comunitários

O quadro abaixo mostra, relativamente às candidaturas efetuadas, os montantes recebidos durante o ano de 2016 e a proveniência dessa mesma receita. Comparando com 2015, o valor recebido foi inferior em €251.393,10.

Quadro 31 – Valores recebidos por candidatura

Designação	FEDER/FEADER			
	Aprovado	Recebido até 2016	Recebido 2016	Diferença
Revisão do Plano Diretor Municipal - QCA III			9.106,17	
Estudo de Impacto Ambiental da Zona Industrial - QCA III			3.560,70	
Qualificação Urbana do Aglomerado de Cunheira	247.193,58	234.802,28	12.357,98	33,32
Qualificação Urbana do Aglomerado de Seda	362.829,70	344.608,79	18.137,32	83,59
Gestão dos Recursos Hídricos _ Barragem do Zambujo	62.580,40	59.451,38	3.129,02	0,00
Qualificação do Ambiente Urbano da vila de Alter do Chão	167.740,50	138.524,79	29.215,71	0,00
VIA HADRIANA - 1ª Fase	79.874,42	79.874,39	9.341,31	
Reembolso OTALEX – candidatura da CIMAA			3.203,92	
SAMAA II – candidatura da CIMAA			43.869,18	
Reembolso SAMAA I – candidatura da CIMAA			42.172,44	
Festival Romano - III LVDI Abelteriensis	88.542,39	0,00	48.306,74	40.235,65
Total	1.008.760,99	857.261,63	222.400,49	40.352,56

Os primeiros dois valores recebidos € 12.666,87 respeitam a duas candidaturas efetuadas no âmbito do QCA III, que terminou em 2006.

Do valor recebido € 161.426,88 diz respeito a candidaturas do QREN, ou seja, são as verbas finais retidas até análise dos relatórios finais das operações. Quadro que terminou em 2013.

No âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020 – (2014 – 2020) foram submetidas seis candidaturas, mas apenas recebemos comparticipação de uma delas, Festival Romano, € 48.306,74, a restante verba desta candidatura fica a aguardar a realização do festival romano de 2017.

Para melhor visualizar o conjunto de ações/projetos já candidatados, embora já tenham sido mencionados no ponto 4. Execução das Grandes Opções do Plano, apresenta-se um conjunto de três quadros, onde, de forma separada, se enumeram as candidaturas efetuadas pelo município, as candidaturas efetuadas pela CIMAA e pela AREANATEjo, os valores envolvidos em termos de despesa e as respetivas comparticipações:



Quadro 32 – Candidaturas Portugal 2020

Município	Designação	Código	Investimento Elegível	FEDER/FEADER /FC		Valor Município	Observações SDLP			
				Aprovado	Recebido					
ALENTEJO 2020	Alentejo 2020	Concurso para apresentação do plano de ação de regeneração urbana	ALT20-16-2015-14-006	627.500,00 €	533.375,00 €		o valor considerado no investimento elegível e FEDER aprovado, corresponde ao	submetida a 17/02/2016/Plano Aprovado	Majoração 10%	
	PARU	Requalificação do Largo João Lopes Namorado, Largo das Escolas e Reconv. Do edif. da antiga escola em "Escola de Tradições e Sabores" - Alter Pedroso	ALT20-08-2316-FEDER-000012	345.353,37 €	293.550,36 €			Candidatura submetida junho 2016/Aprovada (está incluído a elaboração de projeto: 9 700,00€)		
	PAMUS	Requalificação da antiga EN 369 na entrada sul de Alter do Chão e construção de rotunda no entroncamento para Cabeço de Vide	ALT20-07-1406-FEDER-000002	395.607,52 €	336.266,39 €			Candidatura submetida junho 2016/Aprovada (estão incluídos os terrenos: 10		
		Requalificação da Azinhaga do Moinho de Vento e Largo de Santa Catarina em Alter do Chão	ALT20-07-1406-FEDER-000014	241.601,72 €	205.361,46 €			Candidatura submetida 27-02-2017 (inclui projeto)		
	PACTO CIMAA	Construção de Paragens para Transportes Públicos	ALT20-07-1406-FEDER-000010	30.000,00 €	25.500,00 €			4.500,00 €	Submetida a 30-11-2016	Candidatura aprovada
		Festival Romano - III LVDI ABELTERIENSIS	ALT20-08-2114-FEDER-000017	111.632,38 €	88.542,39 €	48.306,74 €		23.089,99 €	Submetida maio 2016/Aprovada	
	PACTO CIMAA	Gineteatro de Alter do Chão - Modernização e Adequação ao Cinema Digital	ALT20-08-2114-FEDER-000108	212.113,08 €	180.296,12 €			31.816,96 €	Submetida a 28-10-2016	Aprovada a 22-12-2016
PO SEUR		PI 6.2	Construção de ETAR Compacta em Alter Pedroso	POSEUR-03-2012-FC-000221	130.000,00 €	110.500,00 €		19.500,00 €	Submetida a 1-07-2016	Candidatura aprovada
PDR 2020	8.1.5	Valorização Ambiental e Promoção da biodiversidade das Galerias Ripícolas do Concelho de Alter do Chão	PDR2020-815-018287	140.909,88 €	119.773,06 €		21.136,82 €	Submetida a 26/02/2016	Audiência: 23-08-2016 Pontuação obtida: 12,5	
FEE	Aviso 21	Paços do Concelho - Substituição de iluminação Pavilhão Gimnodesportivo - Substituição de iluminação	FEE - Aviso 21	1.004,88 €	803,90 €		200,98 €	Submetida a 2-11-2016		
			FEE - Aviso 21	5.875,00 €	4.700,00 €		1.175,00 €	Submetida a 2-11-2016		
TP	Redes Wi-Fi	Implementação de uma Rede Wi-Fi no Centro Histórico/Espaço Público na Vila de Alter do Chão	Turismo Portugal - Linha de Apoio Disponibilização de Redes Wi-Fi	45.500,00 €	38.675,00 €		6.825,00 €	Submetida a 12/01/2017		
Valores Totais				1.659.597,83 €	1.403.968,68 €	48.306,74 €	255.629,15 €			

CIMAA	Designação	Código	Investimento Elegível	Faturado	Valor Município	Observações SDLP	
PO SEUR	PI 6.2	Cadastro das Infraestruturas existentes dos sistemas em baixa de AA e de SAR	1.036.600,00 €		7.209,40	Candidatura Aprovada	Lançamento de concurso público pela CIMAA
	PI 5.2	Plano Municipal de Emergência	352.936,20 €		15.000,00 €	Candidatura submetida a 2-08-2016 (aprovada em dez 2016)	Lançamento de concurso público pela CIMAA
ALENTEJO 2020	Alentejo 2020	Plano de Ação de mobilidade Urbana do Alto Alentejo	ALT20-	68.880,01 €	504,68 €	Candidatura Aprovada Plano de Ação	Procedimento feito pela CIMAA
		Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE INMOTION "Alentejo, Turismo e Sustentabilidade" (Projeto Transversal - Gestão, Dinamização, Coordenação e Avaliação de Consórcio - CIMAA)	ALT20-	700.000,00 €			Plano de Ação Aprovado
Valores Totais			2.158.416,21 €	0,00 €	0,00 €	22.714,08 €	



AREANATEjo	Designação	Código		Investimento Elegível		Faturado	Valor Município	Observações SDLP	
Eficiência Energética	Plataforma Conhecer e Agir			30.500,00 €			0,00	100% financiado	
	POCTEP			6.923,08 €			1.592,31	Candidatura Aprovada	
	MED	EduFootprint - Escolas com baixa pegada de carbono			124.110,00 €			5.361,65	Candidatura Aprovada
		STEPPING - Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Contratos de Performance de Energia			160.130,40 €			6.729,05	Candidatura Aprovada
Valores Totais				321.663,48 €	0,00 €	0,00 €	13.683,01 €		
Total Geral				1.659.597,83 €	1.403.968,68 €	48.306,74 €	292.026,24 €		



8 – Empréstimos

Quadro 33 – Empréstimos

Designação	Valor Utilizado	Dívida em 01/01/2016	Amortizações	Dívida em 31/12/2016	Juros	Total de Encargos	Anos Contra tuais	Anos Decorr idos	Anos que Faltam
Habitação Social (8 fogos)	160.892,25	73.366,01	7.685,40	65.680,61	82,16	7.767,56	25	18	7
Habitação Social (5 fogos)	59.471,68	24.923,06	2.591,48	22.331,58	4,36	2.595,84	27,6	18	9,6
Habitação Social (24 fogos)	434.582,90	215.071,12	19.962,85	195.108,27	1.135,10	21.097,95	25	15	10
Prolongamento/Beneficiação Rede de Esgotos e Águas Pluviais NE	38.237,69	3.478,51	2.858,73	619,78	10,27	2.869,00	15	15	0
Beneficiação/Recuperação da Casa do Álamo incluindo Jardins em Alter do Chão	87.809,98	7.988,06	6.564,85	1.423,21	16,19	6.581,04	15	15	0
Obras de Beneficiação da E.M. 534 (Coudelaria – Aldeia da Mata)	92.110,27	8.379,32	6.886,35	1.492,97	16,98	6.903,33	15	15	0
Infraestruturas do Campo da Feira em Alter do Chão – Arruamentos	95.646,26	8.700,96	7.150,71	1.550,25	17,63	7.168,34	15	15	0
Infraestruturas da Zona Industrial de Alter do Chão	48.022,97	4.368,69	3.590,29	778,40	8,85	3.599,14	15	15	0
Beneficiação de Zonas Expectantes do Aglomerado de Chança	70.943,39	7.594,12	5.112,59	2.481,53	12,60	5.125,19	15	15	0
4 Fogos (Antigo Lavadouro)	89.851,12	62.302,26	4.109,88	58.192,38	191,31	4.301,19	25	12	13
6 Fogos (Horta das Furnas)	120.063,67	84.550,41	5.512,88	79.037,53	164,01	5.676,89	25	12	13
Fundo de Solidariedade da União Europeia	113.924,75	44.579,25	9.906,50	34.672,75	0,00	9.906,50	15	12	3
Pólo da U. Évora; Remodulação do Marco Geodésico e Zona envolvente de Alter Pedroso; Jardim Público da Cunheira	586.489,00	317.681,56	48.874,08	268.807,48	329,18	49.203,26	15	10	5
Edifício da Câmara; Piscina Descoberta; Arruamentos em Chança e Arruamentos em Alter	600.000,00	342.919,13	42.541,85	300.377,28	726,19	43.268,04	15	6	9
Total	2.598.045,93	1.205.902,46	173.348,44	1.032.554,02	2.714,83	176.063,27			

No que respeita aos empréstimos, temos a apontar que não é contratado qualquer empréstimo, seja de curto ou de médio/longo prazo, nos últimos seis anos.

O valor dos encargos anuais com os empréstimos representa apenas 17% do capital em dívida, para o que contribui a contínua descida das taxas de juro e também o facto de seis dos catorze empréstimos terem terminado em 2016. O valor dos encargos que passa para 2017 é de cerca de € 143.000,00.

Concluiu-se em 2016 o pagamento da amortização de seis empréstimos contratados no âmbito do BEI – Banco Europeu de Investimento, como complemento ao apoio financeiro do III Quadro Comunitário, os quais tiveram a duração de 15 anos.

9 – Dívida

Os limites de endividamento/dívida total têm vindo a ser sucessivamente modificados. A última alteração foi trazida pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

O limite da dívida total para cada município, a partir de 2014, passou a ser apurado do seguinte modo:

A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, da respetiva lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, conforme estipulado no n.º1 do artigo 52.º da Lei acima mencionada.

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

Quadro 34 – Limite da dívida

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA				MÉDIA Últimos 3 anos	LIMITE (1,5) Lei das Finanças locais
2013	2014	2015	Total		
4.147.353,19 €	5.060.442,00 €	5.181.350,53 €	14.389.145,72 €	4.796.381,91 €	7.194.572,86 €

O limite da dívida total do Município de Alter do Chão é € 7.194.572,86, mais € 466.737,84 do que no ano de 2015.

Quadro 35 – Dívida total da autarquia

Limite	Total da dívida a terceiros	Contribuição	Dívida total	Dívida total excluindo não orçamentais e FAM	Montante em excesso	Margem absoluta	Margem utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
7.194.572,86 €				01/01/2015			
	2.658.506,00 €	1.482,00 €	2.659.988,00 €	2.214.481,00 €	0,00 €	4.980.091,86 €	996.018,37 €
				31/12/2015			
	2.184.155,00 €	12.193,00 €	2.196.348,00 €	1.807.808,00 €	0,00 €	5.386.764,86 €	1.077.352,97 €
Variação da dívida				-18,36%			
			Margem utilizada				-406.673,00 €
			Margem disponível				1.402.691,37 €

A 31 de dezembro de 2016 o valor da dívida do Município era € 1.807.808,00, menos € 406.673,00 do que no ano anterior, o que ficou a dever-se, em grande parte, à redução da despesa por diminuição do investimento em 2016, também devido à falta de operacionalidade do quadro comunitário Portugal 2020.



10 – Balanço

Quadro 36 – Balanço

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo						
Imobilizado	37.949.337,12	95,45	40.046.836,19	96,39	-2.097.499,07	-5,2%
Existências	73.119,34	0,18	74.366,78	0,18	-1.247,44	-1,7%
Dívidas de Terceiros	931.667,26	2,34	769.639,44	1,85	162.027,82	21,1%
Disponibilidades	784.176,60	1,97	547.576,97	1,32	236.599,63	43,2%
Acréscimos e Diferimento	19.822,35	0,05	109.332,74	0,26	-89.510,39	-81,9%
Total do Ativo	39.758.122,67	100,00	41.547.752,12	100,00	-1.789.629,45	-4,3%
Fundos Próprios						
Património	32.514.289,76	118,23	32.514.289,76	115,14	0,00	0,0%
Ajustamentos de partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Reservas	-584,54	0,00	-4.145,24	-0,01	3.560,70	-85,9%
Resultados transitados	-4.482.670,71	-16,30	-4.057.284,67	-14,37	-425.386,04	10,5%
Resultado Líquido do Exercício	-531.132,41	-1,93	-215.022,42	-0,76	-316.109,99	147,0%
Total dos Fundos Próprios	27.499.902,10	100,00	28.237.837,43	100,00	-737.935,33	-2,6%
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	20.555,69	0,17	20.555,69	0,15	0,00	0,0%
Dívidas médio/longo prazo	1.140.899,37	9,31	1.402.168,76	10,53	-261.269,39	-18,6%
Dívidas curto prazo	1.038.092,78	8,47	1.257.818,21	9,45	-219.725,43	-17,5%
Acréscimos e diferimentos	10.058.672,73	82,06	10.629.372,03	79,86	-570.699,30	-5,4%
Total	12.258.220,57	100,00	13.309.914,69	100,00	-1.051.694,12	-7,9%

Registamos uma redução do valor do imobilizado em 5,2%, o que fica a dever-se ao facto de ter sido vendida a barragem do Zambujo e algumas habitações. Esta redução é justificada também por via do valor das amortizações que é maior em 2016 relativamente ao ano anterior.

Ao nível das existências verifica-se uma ligeira redução de 1,7%, pela diminuição do valor das matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No que respeita às dívidas de terceiros regista-se um aumento considerável da mesma, 21,1%, nomeadamente ao nível das cobranças em atraso e cobranças duvidosas.

As disponibilidades do município aumentaram 43,2%, o que acaba por ter alguma justificação no facto de o investimento estar a ser programado considerando o aproveitamento do quadro comunitário Portugal 2020 que nesta data ainda está muito insipiente.

A diminuição das dívidas a médio e longo prazo em 18,6% resulta da redução registada na Dívida a Instituições de Crédito e na dívida a Fornecedores de Imobilizado na componente de Leasing. Deve ainda ser apontado que se encontra enquadrado neste valor o montante de € 181.889,27 relativos ao FAM a pagar até 2021, dívida esta imposta pelo Estado.

Registamos uma redução de 17,5% nas “Dívidas a Curto Prazo”, resultado da redução de dívida a fornecedores, decorrente também da redução do investimento realizado em 2016.

**11 – Demonstração de Resultados****Quadro 37 – Demonstração de Resultados**

Designação	2016		2015		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
CMVMC	312.372,19	4,51	392.953,39	6,02	-80.581,20	-20,51
Fornecimentos e Serviços	1.307.301,03	18,88	1.255.484,62	19,24	51.816,41	4,13
Remunerações	1.982.494,80	28,64	2.005.166,35	30,73	-22.671,55	-1,13
Encargos Sociais	533.483,32	7,71	544.820,76	8,35	-11.337,44	-2,08
Transf.Sub.correntes conc.	304.724,69	4,40	336.651,46	5,16	-31.926,77	-9,48
Amortizações do exercício	1.534.177,89	22,16	1.559.227,20	23,90	-25.049,31	-1,61
Provisões do exercício	1.081,06	0,02	542,72	0,01	538,34	99,19
Outros custos e perdas	47.575,47	0,69	44.305,48	0,68	3.269,99	7,38
Custos e perdas operacionais (A)	6.023.210,45	87,01	6.139.151,98	94,08	-115.941,53	-1,89
Custos e perdas financeiros (C)	-127.638,22	-1,84	150.176,92	2,30	-277.815,14	-184,99
Custos e perdas extraordinárias (E)	1.027.143,24	14,84	235.937,81	3,62	791.205,43	335,34
Total de Custos e Perdas	6.922.715,47	100,00	6.525.266,71	100,00	397.448,76	6,09
Proveitos Operacionais						
Venda de mercadorias	4.989,96	0,08	4.912,23	0,08	77,73	1,58
Venda de produtos	158.017,53	2,47	201.976,61	3,20	-43.959,08	-21,76
Prestações de serviços	331.297,95	5,18	350.323,07	5,55	-19.025,12	-5,43
Impostos e taxas	360.737,75	5,64	384.113,19	6,09	-23.375,44	-6,09
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	348.034,07	5,45	367.288,22	5,82	-19.254,15	-5,24
Transferências e subsídios	4.376.066,55	68,47	4.287.859,80	67,95	88.206,75	2,06
Outros Proveitos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos e ganhos operacionais (B)	5.579.143,81	87,29	5.596.473,12	88,69	-17.329,31	-0,31
Proveitos e ganhos financeiros (D)	0,00	0,00	4.415,28	0,07	-4.415,28	-100,00
Proveitos e ganhos extraordinários (F)	812.439,25	12,71	709.355,89	11,24	103.083,36	14,53
Total de Proveitos e Ganhos	6.391.583,06	100,00	6.310.244,29	100,00	81.338,77	1,29
Resultados						
Resultados Operacionais (B)-(A)	-444.066,64	-6,95	-542.678,86	-8,60	98.612,22	-18,17
Resultados Financeiros (D)-(C)	127.638,22	2,00	-145.761,64	-2,31	273.399,86	-187,57
Resultados Correntes (B+D)-(A+C)	-316.428,42	-4,95	-688.440,50	-10,91	372.012,08	-54,04
Resultado Líquido do Exercício (B+D+F)-(A+C+E)	-531.132,41	-8,31	-215.022,42	-3,41	-316.109,99	147,01

Os custos e perdas do exercício foram de € 6.922.715,47, ou seja, mais € 397.448,76 relativamente ao ano anterior.

Este aumento pode ser justificado pelo acréscimo de várias componentes dos custos, como sejam, 4,13% nos Fornecimentos e Serviços, 99,19% nas Provisões, embora em termos de valor o aumento seja de €538,34, e 335,34% nos custos extraordinários, originado na sua quase totalidade pelas menos valias da venda da barragem do Zambujo (e também por dívidas incobráveis, multas e penalidades).

Analisando a estrutura dos custos do município verificamos que a rubrica com maior peso é a de remunerações com 28,64%, seguida pelas amortizações do exercício com 22,16%.

No que respeita aos Proveitos, à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, a rubrica com maior expressão é a das Transferências e Subsídios Obtidos com 68,47%, e o valor mais expressivo incluído nesta



componente corresponde às transferências do Estado, que representa € 4.056.377,00, ou seja, 93% do total das transferências.

A venda de produtos regista uma redução de 21,76% relativamente a 2015, o que ficou a dever-se ao facto de ter sido efetuada a emissão das faturas de consumo de água de dezembro ainda naquele mês, não havendo, por isso, lugar a diferimento de proveitos como aconteceu em anos anteriores.

As prestações de serviços apresentam uma redução de 5,43% em relação ao ano anterior, que tem a mesma justificação do parágrafo anterior.

Os Impostos e Taxas registaram uma quebra de 18% que está diretamente relacionada com o facto de não ter sido recebida qualquer receita de IMT e também pela redução da receita de IMI.

Os proveitos e ganhos extraordinários registaram um aumento de 14,53%, o que fica a dever-se à receita de venda de imobilizado, recebimento de juros de mora, participações de fundos comunitários.

A estrutura de resultados da autarquia regista uma melhoria relativamente ao ano anterior. Os resultados operacionais, embora negativos, registam uma melhoria de 18%, os resultados financeiros registam uma melhoria de 187%, os resultados correntes registam uma melhoria de 54% em relação a 2015. Por último, o resultado líquido, regista um agravamento de 147% quando comparado com 2015.

12 – Contabilidade de custos

Dando cumprimento ao estipulado por lei, nomeadamente, no POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na Lei que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é efetuada a contabilidade de custos. Esta contabilidade é um instrumento de gestão fundamental para uma melhor aplicação dos recursos à disposição da autarquia.

Ano após ano têm sido melhorados os procedimentos contabilísticos necessários à efetivação de toda e qualquer despesa. A consolidação de uma contabilidade de custos, ou uma futura contabilidade analítica, levará a que lhe seja dada a mesma importância que já tem a contabilidade orçamental e a patrimonial. O funcionamento articulado das “três contabilidades”, para além de ser uma obrigação legal, deve ser encarado como um instrumento fundamental de apoio à gestão da autarquia possibilitando uma correta e atempada tomada de decisões.

A contabilização dos custos constitui um suporte à prestação de informação ao INE (Instituto Nacional de Estatística), à ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e à ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), entre outros.

Desta forma é apresentado, de seguida, um conjunto de mapas que evidenciam os custos afetos a diversas funções da autarquia.



Quadro 38 – Custos por função

Objetivo/ Programa	Função	2016
01	Funções Gerais	2.362.420,92
111	Administração Geral	2.197.732,18
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	164.688,74
02	Funções Sociais	2.382.005,94
211	Ensino Não Superior	156.169,35
212	Serviços Auxiliares de Ensino	92.994,32
221	Serviços Individuais de Saúde	3.240,78
232	Ação Social	217.405,50
241	Habitação	78.950,79
242	Ordenamento do Território	58.345,66
243	Saneamento	238.719,89
244	Abastecimento de Água	354.224,64
245	Resíduos Sólidos	179.555,87
246	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Na	327.564,17
251	Cultura	378.737,96
252	Desporto, Recreio e Lazer	296.097,01
03	Funções Económicas	1.110.658,21
320	Indústria e Energia	148.645,47
331	Transportes Rodoviários	914.012,62
341	Mercados e Feiras	26.906,09
342	Turismo	14.183,72
350	Outras Funções Económicas	6.910,31
04	Outras Funções	182.149,27
420	Transferências Entre Administrações	110.816,05
430	Diversas Não Especificadas	71.333,22
Total		6.037.234,34

A função com custos mais elevados é a “Administração Geral” onde estão representados os custos com as unidades e subunidades orgânicas afetas à Câmara Municipal.

A seguir aparece a função “Transportes Rodoviários” e depois a “Cultura”. A função que apresenta o custo mais baixo é “Serviços Individuais de Saúde”, considerando que não tem trabalhadores afetos nem edifícios, apenas se incluem custos de intervenções ao nível do Centro de Saúde (na extensão de saúde da Cunheira, maioritariamente).

Destaca-se a seguir a composição de custos de algumas das funções.

O primeiro quadro (quadro 39) reflete a própria composição da Câmara. Apresenta-se os custos de funcionamento dos diversos setores/divisões, os quais englobam os vencimentos dos trabalhadores, material de escritório, manutenção de equipamentos e amortização dos respetivos edifícios. Depois, numa segunda parte do quadro encontramos os custos das atividades afetas à Câmara como um todo e ainda obras por administração direta afetas também a esta função.



Quadro 39 – Administração Geral

Função: 111 - Administração Geral		
Assembleia Municipal	29.459,37	418.225,38
Câmara Municipal	136.705,51	
Gabinete de Apoio à Presidência	117.755,42	
Gabinete Municipal de Protecção Civil	24.810,25	
Gabinete de Fiscalização Sanitária e Saúde Pública	19.516,20	
Comuns a todos os serviços	89.978,63	289.145,20
Comuns à U.O.F.F.P.P.H.	60.089,26	
Setor de Tesouraria	22.376,16	
Setor de Contabilidade	95.972,94	
Setor de Património Municipal e Habitação	41.369,17	
Setor de Aprovisionamento e Contratação Pública	46.850,62	526.093,05
Setor de Desenvolvimento Local e Planeamento	22.487,05	
Comuns à U.O.F.A.G.E.C.D.	61.286,47	
Setor Administrativo de Receita e Expediente	99.001,36	
Setor Informático e Manutenção	39.249,81	
Setor de Ação Social e Educação	78.902,37	486.695,21
Comuns ao Setor de Gestão de Recursos Humanos	96.417,81	
Setor do Desporto	37.032,95	
Setor Cultural, Turismo, Património Hist. Arqueologia	79.290,47	
Setor de Comunicação e Relações Públicas	34.911,81	
Comuns à U.O.F.O.U.S.U.	57.215,40	456.266,73
Comuns ao Setor Obras Municipais e Serv. Urbanos	237.559,34	
Setor de Fiscalização	20.525,87	
Setor de Recursos Hidricos e Florestais	64.883,88	
Setor de Urbanismo e Edificação	72.468,27	
Setor de Apoio Administrativo	34.042,45	Administração direta
Edição da Agenda Cultural	2.690,55	
Edição de Panfletos, mapas e mat. de divulgação	6.884,40	
Dia do Município	10.758,40	
Desfile de Carnaval	431,38	
Dia da Mulher	834,99	
Dia da árvore	14,68	
Festas de Verão	62.175,70	
Festa de Natal	13.125,10	
Feira de Abril	29.524,44	
Paços do Concelho	16.403,74	
Casa do Álamo	106.230,19	
Oficinas do Jardim do Álamo	4.424,17	
Polo Universitário	53.574,03	
Parque de Máquinas	98.769,64	
Edifício da Rua Almirante Azevedo Coutinho	21.902,73	
Formação dos funcionários	684,75	
Armazém	21.605,35	
Dia da Criança	853,90	
Publicações em Órgãos de Comunicação Social	5.378,59	
Ampliação Parque Máquinas	21.224,12	
Equipamento de Transporte	82,49	

**Quadro 40 – Proteção Civil**

Função: 121 - Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	
Vigilância Móvel e 1.ª Intervenção	19.167,01
Proteção Civil-Outras ações/aquisições/fornecimentos	2.082,20
Proteção Civil-Conservação, Manutenção e Reposição	1.614,93
Ações de Silvicultura preventiva	22.610,32
Associação H. B.V. de Alter do Chão	119.214,28

No valor afeto à Associação Humanitária de Bombeiros engloba-se o custo da “Linha Azul” e o apoio na aquisição de viaturas, como já foi mencionado no ponto 4 deste relatório.

Quadro 41 – Ensino

Função: 211 - Ensino Não Superior		
Atividades Físico Desportivas	22.693,57	156.169,35
Pré-Escolar e 1º Ciclo (Transferências)	1.567,81	
2º e 3º Ciclos (Transferências)	1.981,20	
Ensino Secundário (Transferências)	1.334,37	
CF-JI de Cunheira	3.240,18	
EPDRAC	8.960,01	
Centro Escolar	115.085,08	
Aulas de Equitação	1.000,38	
Aulas de Arqueologia	304,90	
Prolongamento de horário	1,85	
Função: 212 - Serviços Auxiliares de Ensino		
Pré-escolar - Transportes escolares	28.035,59	92.994,32
1.º Ciclo - Transportes escolares	20.986,86	
Pré-escolar - Fornecimento de refeições escolares	15.749,32	
1.º Ciclo - Fornecimento de refeições escolares	17.754,01	
Ens. Sec. - Transportes Escolares	1.841,33	
2º e 3º Ciclos -Transportes Escolares	8.627,21	

Quanto ao quadro 41, estão afetados os custos relativos aos vencimentos dos trabalhadores adstritos ao ensino pré-primário e 1.º ciclo do ensino básico, despesas em eletricidade e telefones, amortizações do edifício. São também aqui refletidos os custos com os transportes escolares e alimentação. Os serviços prestados pelos motoristas e viaturas da câmara englobam as horas dos mesmos. O custo hora das viaturas é calculado considerando o combustível, a manutenção, o seguro e as amortizações.

Quadro 42 – Ação Social

Função: 232 - Ação Social	
Cartão Municipal do Idoso	14.812,34
Atribuição de Bolsas de Estudo ao Ensino Superior	33.821,14
Associação Centro Apoio Terceira Idade Sto. Estevão	8.823,19
Centro Comunitário Nossa Sra. Espinheiros	7.138,15
Centro Social da Cunheira	5.874,18
ADI-TC	63.331,15
Santa Casa Misericórdia de Alter do Chão	57.738,04
Apoio à habitação degradadas p/ extratos sociais desfavorecidos	572,53
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	23.338,89
Atribuição de Apoios Económicos ao 1º Ciclo	1.955,89

A verba transferida para a ADI-TC (Associação de Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável) corresponde ao custo com dois programas desenvolvidos pela autarquia, Apoiar + e Alter +, uma vez que o programa Educar + está afeto ao ensino.

No que respeita à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens os custos são, na sua quase totalidade, o vencimento da técnica do município afeta à comissão.

Quadro 43 – Saneamento

Função: 243 - Saneamento	
Conservação/Reparação da rede de esgotos	39.484,61
Desobstrução de coletores de esgoto	13.940,10
Desobstrução de fossas e coletores a particulares	1.358,51
ETARes	12.473,84
Estação Elevatória de Esgotos	3.152,17
Rede Águas Pluviais	35.496,20
ALVT - Recolha e tratamento de Afluentes	132.814,46

O maior custo imputado a esta função é o valor do saneamento pago às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., € 132.814,46. Na conservação e reparação da rede de esgotos os custos com maior impacto são os de mão-de-obra afeta ao serviço.

**Quadro 44 – Abastecimento de água**

Função: 244 - Abastecimento de Água	
Rede de água	82.026,09
Rombos de água	23.922,57
Leitura de água e distribuição de recibos	20.755,59
Furos para abastecimento público	19.235,39
Estações Elevatórias de Água	21.335,59
Colocação de contador de água	5.526,71
Análise da qualidade de água e efluentes	1.200,36
Depósito de Água - Alter Pedroso	2.075,31
ALVT-Fornecimento de água	178.147,03

Tal com na função anterior, o maior custo imputado é o do consumo de água em alta a pagar às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., € 178.147,03.

Os custos imputados à rede de água, aos rombos, à leitura são em grande parte relativos aos funcionários afetos ao serviço.

No que se refere aos furos para abastecimento público e estações elevatórias, o custo aí imputado é na sua maioria relativo a eletricidade.

Quadro 45 – Recolha de resíduos sólidos urbanos

Função: 245 - Resíduos Sólidos	
Recolha de Monos e Aparas de Jardim	2.346,96
Recolha de Lixo	174.982,43
Recolha de Resíduos de Construção e Demolição	2.226,48

Engloba-se aqui o custo relativo à recolha de lixo a pagar à Valnor, S.A. e o vencimento dos trabalhadores afetos a este serviço, bem como a amortização das viaturas de recolha de resíduos.

**Quadro 46 – Proteção do meio ambiente**

Função: 246 - Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	
Varredura de ruas	75.382,55
Lavagem de contentores	3.456,17
Monda química	11.623,61
Limpeza de Bermas e Valetas de estradas municipais	27.574,35
Cemitério Municipal	23.966,80
Inumações	1.280,78
Exumações	1.280,78
Transladações	7.684,71
Ocupação de Ossários	1.280,78
Remoção e recolocação de campas	1.280,78
Canil Municipal	417,18
Recolha de animais vadios ou errantes	89,69
Desratizações	7.217,43
Conservação/Manutenção dos Espaços Verdes	159.206,12
Conservação/Manutenção do Sistema de Rega	2.397,94
Parque Infantil de Alter Pedroso - Conservação/Manutenção	132,83
Sanitários Públicos de Alter do Chão	3.048,85
Outros serviços prestados pelo canil	242,82

Na varredura de ruas e limpeza de bermas a maior fatia dos custos respeita a vencimentos do pessoal tal como na conservação e manutenção de espaços verdes.



Quadro 47 – Cultura

Função: 251 - Cultura	
Exposições temporárias	655,69
Concertos	91,86
Entrega de prémios, condecorações e ofertas	5.574,59
Exposições Bibliográficas	212,51
Feira do Livro	186,87
Sessões de esclarecimento destinadas aos alunos	27,73
Atividades com alunos do agrupamento de escolas	4.892,28
Outros Espetáculos/Atividades Culturais	11.155,32
Festa do Açafreão	42,33
Festival Romano	84.412,01
Festival de Ranchos	496,79
Férias de Verão	3.021,22
Projeto de musealização do Palácio do Álamo	2.216,33
Grupo Alterense Cultura - GAC	6.037,86
Paróquia Nossa Senhora da Assunção	427,62
Biblioteca Municipal	49.034,30
Cineteatro	52.696,02
Castelo de Alter	23.024,55
Posto de Turismo	5.921,55
Aquisição Produtos Regionais/Outros-Posto de Turismo	12.483,58
Quiosque Informativo de Alter Pedroso	598,57
Quiosque no Largo Barreto Caldeira	1.323,97
Fonte Luminosa	3.637,73
Chafariz do Largo Doze Melhores de Alter	1.488,22
Fontinha	1.812,82
Outras atividades recreativas	5.708,34
Coreto no Largo Barreto Caldeira	404,96
Casa do Alentejo	804,59
Projeto VIA ADRIANA	8.402,82
Centro Interpretativo da Estação Arqueológica	1.120,22
Clube do Património	37,41
Confraria Senhor Jesus do Outeiro	903,77
Museu do Álamo	75.744,77
Associação Amigos da Revista e do Fado	4.024,70
Fonte no Largo Olimpio Barreto Murta	1.087,76
Animação Artística e Pedagógica no Museu	4.083,54
Casa Museu de Chança	384,75
Tertúlia Troféu - Associação Cultural	2.530,37
Associação Cão Serra d' Aires	2.027,64



Ao nível da função cultura são aqui imputados custos com pessoal, amortização de edifícios, eletricidade, comunicações, manutenção de equipamentos, bem como os custos das diversas atividades/eventos desenvolvidos nesta área.

Quadro 48 – Desporto

Função: 252 - Desporto, Recreio e Lazer	
Torneio Inter Câmaras	272,35
Meeting de orientação	24,61
Maratona de BTT	2.226,90
Futebol Total	252,09
Caminhadas mensais	703,38
Jogos do Norte Alentejano	4.930,93
Concurso do Rafeiro do Alentejo	2.597,60
Associação Desportiva de Alter	14.149,20
Coral Polifónico de Alter	7.600,64
Banda Municipal Alterense	18.249,67
Grupo Forcados Amadores Alter do Chão	12.791,70
Rancho Folclórico de Alter do Chão "As Ceifeiras"	7.303,49
Piscina Municipal	78.214,97
Pavilhão Gimnodesportivo	27.428,58
Campo de Futebol Sintético	23.653,87
Tanques de Aprendizagem na Freguesia de Seda	12.183,13
Tanques de Aprendizagem na Freguesia de Chança	12.656,94
Tanques Aprendizagem na Freguesia de Cunheira	6.178,98
Fundação Alter Real	364,74
Outras atividades desportivas	5.760,72
Alter Real BTT	5.892,66
Piscina Municipal Descoberta	25.672,19
Percurso Futuro	2.020,00
Parque Desportivo	12.014,45
Ciclovia	6.403,69
Abril Cavalos & Toiros	795,91
Universidade Sénior - USCAC	5.753,62

Os subsídios às coletividades são refletidos nesta função bem como os custos com pessoal, viaturas e máquinas, amortização de equipamentos, manutenção dos campos desportivos e atividades desenvolvidas.

Quadro 49 – Transportes Rodoviários

Função: 331 – Transportes Rodoviários	
Construção/Manutenção Estradas/Caminhos Municipais	6.987,39
Construção/Manutenção Arruamentos e Reabilitação Pavimentação	840.496,24
Caminhos Rurais	50.931,34
Sinalética urbana/turística direcional/posicional	9.853,26
Rotunda do Cavalo	1.513,20
Semáforos	4.231,19

O valor mais elevado afeto à construção e manutenção de arruamentos e pavimentação reflete o valor das amortizações das obras que têm sido efetuadas ao longo dos anos ao nível dos arruamentos.

Quadro 50 – Transferências

Função: 420 - Transferências Entre Administrações	
Junta de Freguesia de Alter do Chão	337,53
Junta de Freguesia de Seda	28.975,29
Junta de Freguesia de Chança	27.309,33
Junta de Freguesia de Cunheira	27.943,31
CIMAA	21.754,05
Associação Nacional Municípios Portugueses	4.221,95
Associação Portuguesa Municípios com Centro Histórico	274,59

As transferências em valor para as Juntas de Freguesia compreendem as verbas alocadas aos acordos de colaboração celebrados. Há a acrescer as transferências em valor que respeitam ao custo dos trabalhadores afetos às juntas e outros trabalhos desenvolvidos nas freguesias por trabalhadores e máquinas da Câmara Municipal.

13 – Proposta para aplicação do resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo e atingiu o montante de (€ 531.132,41). Conforme estabelece o ponto 2.7.3.2 do POCAL, este valor será transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

Não haverá lugar a constituição de reservas.